UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

NAIR MARIA MENDES PEREIRA

PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E TURISMO PARA A POPULAÇÃO IDOSA NO DISTRITO FEDERAL: o caso da Missão Cruls

Brasília, DF
2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E TURISMO PARA A POPULAÇÃO IDOSA NO DISTRITO FEDERAL: o caso da Missão Cruls

NAIR MARIA MENDES PEREIRA

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista Costa
Co-orientador: Prof. Dr. Vítor. J. Ramos Alves

Brasília, DF
2021

PATRIMÔNIO-TERRITORIAL E TURISMO PARA A POPULAÇÃO IDOSA NO DISTRITO FEDERAL: o caso da Missão Cruls

Nair Maria Mendes Pereira

Banca Examinadora

_____
Prof. Dr. Everaldo Batista Costa (Orientador) – (GEA/CET/UnB)

_____
Prof. Dr. Vitor Joao Ramos Alves (Co-orientador) – (Gecipa/CET/UnB)

_____
Profa. Dra. Marutschka Martini Moesch (Avaliadora) – (CET/UnB)

_____
Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho (Avaliador) – (GEA/UnB)

_____
Profa. Mtre. Larissa Alves de Sousa (Avaliadora) – (Gecipa/UnB)

Brasília
2021

À minha falecida mãe.

Uma candanga que adoraria ter lido essa monografia!

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, sempre flexível e compreensivo, que recebeu de braços abertos meu projeto de pesquisa, ajudando-me a transformá-lo nesse trabalho, proporcionando-me, desta forma, um crescimento imensurável, não só noque concerne à obtenção de um diploma acadêmico, mas, sobretudo, orientando meus caminhos acadêmicos para a construção do conhecimento no campo do Turismo, me mostrando o quão difícil é esta tarefa. Professor Dr. Everaldo Batista da Costa, minha mais sincera gratidão por suas orientações acadêmicas e suporte emocional em tempos pandêmicos sofridos.

Reconheço que esse trabalho não seria possível sem o auxílio e fornecimento de fontes dados por Pedro Jorge de Castro. Ele explana e exalta a figura de Luiz Cruls em seus ensinamentos para mim, desde 2011, com forte entusiasmo.

Gratidão ao meu companheiro Victor Fernandes Coucello da Fonseca que está junto comigo nesta longa estrada da vida.

Todo o meu amor para minha grande amiga Marta Moura Cavalcante, que me ajudou em tantos momentos difícies nesse processo de faculdade e que muitas vezes me falou para não desistir.

Agradeço ao meu amigo Diogo Alves Xavier, que esteve junto a mim durante todo esse processo. Estendo isso as grandes amizades que durante a graduação e que levarei para o restante da minha vida: Felipe Felix Costa Lima da Silveira e Adriana Oliveira Fonseca.

O meu obrigada a cada membro da família Souza de Farias. Meus amigos de mais de 15 anos que me adotaram e me tratam como família cosanguínea.

Meu agradecimento ao meu pai Roald Pinheiro Mendes, um idoso curioso, que assim como eu, ama a história do Distrito Federal.

E, por fim, agradeço a minha gata Bellinha por passar as noites em claro ao meu lado enquanto escrevia este trabalho.

"*E João aceitou sua proposta*
E num ônibus entrou no Planalto Central
Ele ficou bestificado com a cidade
Saindo da rodoviária viu as luzes de natal
Meu Deus, mas que cidade linda!
No Ano Novo eu começo a trabalhar Cortar madeira aprendiz de carpinteiro Ganhava cem mil por mês em Taguatinga"

(RENATO RUSSO, 1987)

RESUMO

O presente trabalho busca compreender como o turismo para a população idosapode ser um potencializador da promoção e preservação do patrimônio-territorialno Distrito Federal. Para tanto, vislumbra-se no riquíssimo processo historiográfico e geográfico fornecido pela Missão Cruls; designada a mapear, catalogar e explorar os terrenos do que seria a nova capital do Brasil, como janela de oportunidade para a criação de roteiros turísticos que visem aglutinar aos aspectos geográficos, históricos, sociais e culturais e disponibilizá-los para a população de idosos, promovendo um novo fazer do turismo ao passo que presta serviços aos cidadãos idosos, público-alvo deste trabalho, ativos de entretenimento e lazer. De cunho teórico, essa pesquisa torna-se pertinente pela aglutinação ao ramo da prática turística o conceito de patrimônio-territorial, ao passo que, de cunho social, a pesquisa justifica-se pela promoção do conhecimento gerado pela Missão Cruls para a população do Distrito Federal, principalmente àqueles que detêm maiores disponibilidade de tempo, condição física e material, possibilitando atividades e vivências para estes. Através da revisão de literatura, discute-se os conceitos de turismo, de envelhecimento da população, de patrimônio-territorial e da história da Missão Cruls. Os resultados desta pesquisa demonstram algumas localidades onde os idosos podem usufruir e adquirir conhecimento acerca do patrimônio-territorial deixado pela Missão Cruls.

Palavras-chave: Missão Cruls; patrimônio-territorial; idosos; Turismo.

ABSTRACT

The present work seeks to understand how tourism for the elderly population can be an enhancer in the promotion and preservation of territorial heritage in the Federal District. For that, it is glimpsed in the rich historiographical and geographic process provided by the Cruls Mission; designed to map, catalog and explore the terrains of what would be the new capital of Brazil, as a window of opportunity for the creation of tourist itineraries that aim to bring together geographical, historical, social and cultural aspects and make them available to the elderly population, promoting a new development of tourism while providing services to senior citizens, the target audience of this work, entertainment and leisure assets. Of a theoretical nature, this research becomes pertinent by the agglutination of the concept of territorial heritage to the branch of tourist practice, while, of a social nature, the research is justified by the promotion of knowledge generated by the Cruls Mission for the population of the District Federal, mainly to those who have greater availability of time, physical and material conditions, enabling activities and experiences for them. Through the literature review, the concepts of tourism, population aging, territorial heritage and the history of the Cruls Mission are discussed. The results of this research demonstrate some locations where the elderly can enjoy and acquire knowledge about the territorial heritage left by Mission Cruls.
Keywords: Cruls Mission, Territorial Heritage, Senior Citizens, Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos itinerários da Missão Cruls 36
Figura 2 – Flona (Floresta Nacional de Brasilia) e flonas 1, 2, 3 e 4 46
Figura 3 – Fazenda Velha, Sobradinho, DF 47
Figura 4 – Restaurante Trem da Serra, sobre um dos pontos demarcados pela Missao Cruls. 47
Figura 5 – Pedra Fundamental, Planaltina, DF 48

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11
Justificativa.....12
Objetivos *Objetivo Geral*.....13
Objetivos Específicos.....13
Hipóteses.....14
Procedimentos Metodológicos.....14
1. CONCEPÇÕES DE TURISMO E SUAS INTERPRETAÇÕES.....15
1.1 Sistema de turismo e o subsistema cultural.....17
1.2 Turismo cultural e patrimônio: memória e preservação.....20
1.3 Turismo-patrimonial: limites, força de conceitos e utopismos.....25
1.4 Segmentação de mercado e turismo para a população idosa.....28
2. MISSÃO CRULS NA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO DF.....33
2.1 Da utopia Brasília ao utopismo patrimônio-territorial.....37
3. MISSÃO CRULS: PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL.....43
3.1 Missão Cruls: um exemplo de patrimônio-territorial.....43
3.2 Comissão Exploradora do Planalto Central – Missão Cruls.....44
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....50

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno de cunho universal, estando presente mesmo em sociedades das mais distintas características culturais. Nesse sentido, conforme concepções de Beauvoir (1970 *apud* BACAL [2019], p. 76), o turismo aplicado a idosos tem como principal intuito promover a melhoria da qualidade de vida dessa população, através do fenômeno da reconstrução do significado subjetivo, no que concerne ao orçamento-tempo, desse público. Deste modo, a inserção da idosos em atividades que lhes proporcionem uma possibilidade de sociabilidade, interação, comunicação, e, não obstante no queconcerne a expansão do universo cognitivo desse público, ficam facilitados pela atividade turística (BEAUVOIUR, 1970 *apud* BACAL [2019], p. 76).

Nessa perspectiva, o turismo é visto comumente como uma atividade pragmática sazonal, isto é, temporária e momentânea, conforme as afirmações de Siqueira (2016). Todavia, o turismo também está vinculado ao local no qual é oferecido e prestado serviços de apoio aos turistas, desta forma depreende-se também a conotação social desta atividade, uma vez que promove o bem estar e inclusão da população idosa (RICAURTE QUIJANO, 2009).

Assim, com certa preponderância, o turismo é compreendido por estar frequentemente associado à ideia de descanso, ócio e lazer. Entretanto, o turismo além de apresentar um forte significado econômico, encontra-se umbilicalmente atrelado ao exercício de impactos importantes para o espaço, a cultura, e os valores da localidade que recebe esses turistas, bem como ao público que os pratica, sendo neste caso especificamente os idosos (PULIDO; CALLE; VALESCO, 2013).

Em síntese, o seguinte trabalho tem como estudo de caso a Missão Cruls, considerada enquanto dinamizadora do turismo patrimonial e para idosos, em Brasília; essencialmente, tais Missões são aqui tratadas como patrimônio- territorial do Distrito Federal (DF) a partir da abordagem de Costa (2016, 2017, 2018 e 2021). A pesquisa se apresenta sob uma abordagem qualitativa; evidentemente, essa abordagem pode ser comprovada em meio a utilização e investigação de referenciais teóricos, fontes primárias, como livros, documentos, artigos científicos e publicações em periódicos e revistas, que explanaram sobre a Missão Cruls (ALVES, 2011).

Desta forma, são discutidos os principais conceitos da Missão Cruls; busca-se enquadrá-la como representantes do patrimônio-territorial do Distrito Federal, além da associação das possíveis benesses que a roteirização desta parte importante da história do DF seja capaz de promover, como sendo compatíveis ao turismo de idosos,

haja vista a variedade de localidades naturais, amplas e acessíveis quepossibilitam a atividade turística a essa população (DE SENA; GONZÁLES; ÁVILA, 2007).

Outrossim, este trabalho optou pela ênfase dada na apresentação de um contexto histórico-geográfico realizado no século XIX por Luiz Cruls, com a incumbência de estudar e demarcar a futura capital do país, processo intitulado de "Missão Cruls" (CAVALCANTI, 2014). Neste preâmbulo, essa pesquisa enquadrao patrimônio-territorial através da concepção das práticas, saberes e processos decorridos da historicidade espacial e de um contexto latino-americano endógeno. Valoriza-se, assim, sua variante que preconiza lugares, culturas, e identidades de determinados grupos sociais, notoriamente aqueles submetidos no processo de domínio de territórios (ANDRADE, 2021; COSTA; ALAVARADO-SIZZO; RUBIO-SCHRAGE, 2020; COSTA, 2020).

Justificativa

Esse trabalho se ocupa da Missão Cruls ocorrida no final do século XIX, catalisadora atual do turismo para a idosos, com ênfase no Distrito Federal. É consensual que a população mundial vigente está paulatinamente envelhecendo cada vez mais, isso é evidenciado pelo aumento da expectativa de vida do brasileiro (CAMARGOS; GONZAGA, 2015).

Outrossim, existem fatores importantes a serem compreendidos, diante dos novos fenômenos que rodeiam a atividade turística, assim como o surgimento de novas segmentações e oportunidades de ofertas, a partir das demandas que vão surgindo. Dessa forma, é interessante que se dê importância ao segmento do turismo da população idosa no Distrito Federal, visto que esta pode ser uma oportuna fonte de atividade turística e de desenvolvimento social dessa parcela da população (DE SENA; GONZÁLES; ÁVILA, 2007).

Assim, os idosos beneficiam-se do turismo, sendo este compreendido como um fenômeno que transforma a economia e a sociedade, promovendo também a inclusão social, e o aumento de oportunidades de emprego e renda (CORIOLANO, 2005). De acordo com Cintra (2016), a população idosas representa uma importante faixa dos sujeitos que podem apoiar o desenvolvimento do campo do turismo, pela sua disponibilidade de tempo livre para o ócio, justificando seu argumento também, pelo poder aquisitivo que parcela desta população pode possuir (SENA; GONZÁLEZ; ÁVILA, 2007, p. 80).

Nesse contexto, o envelhecimento da população é um fenômeno de nível

global; especificamente no cenário brasileiro, conforme explícito pela Organização Mundial de Saúde (OMS), onde irá haver um crescimento notável até 2025[1], em que a população de idosos do Brasil crescerá de modo vertiginoso e exorbitante (WORLD HELTH ORGANIZATION et al, 2005).

No que tange a relevância do turismo para idosos do Distrito Federal, Sena et al (2007, p. 78-87) ressaltam a importância do lazer turístico proporcionar a esse público-alvo evidentemente uma melhor qualidade de vida.

De ordem teórica, este trabalho abre uma janela de oportunidade para que futuros estudos aprofundem sobre o desenvolvimento do turismo no Distrito Federal, concernente às rotas estabelecidas pelos expedicionários da Missão Cruls, como pertinentes a possíveis roteiros turísticos ou de visitas do Distrito Federal, especialmente para moradores locais idosos. De cunho social, esta pesquisa atualiza aspectos importantes da sua trajetória política, geográfica e histórica, ao que concerne à demarcação do "Quadrilátero Cruls" dentro do DF e seu pioneirismo na demarcação territorial da futura capital do país, devido à sua necessidade de mudança, vislumbrada no começo da República brasileira.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar a Missão Cruls, ocorrida no final do século XIX, enquadrada no conceito de patrimônio-territorial, sendo catalisadora do turismo para idosos, na circunscrição do Distrito Federal.

Objetivos Específicos

1. Identificar o potencial do turismo para a população idosa, no âmbito do Distrito Federal;
2. Analisar a Missão Cruls como patrimônio-territorial;
3. Identificar alguns lugares com potenciais turísticos, dentro do traçado do Distrito Federal, para uma valorização do patrimônio-territorial, a partir de marcos da Missão Cruls.

[1] Dados disponibilizados pela OMS, para o relatório Envelhecimento ativo: Uma política de Saúde. Brasília, 2005.

Hipóteses

H1 – É possível a criação de ofertas para o público idoso, no âmbito do turismo cultural e patrimonial, vinculado a Missão Cruls;
H2 - A historiografia e o turismo promovem uma educação patrimonial e histórica, reacendendo e preservando a memória de locais históricos;
H3 – Missão Cruls representam um fenômeno que perpassa a historiografiabrasileira, e é merecedora de atenção no campo da atividade turística e pode ser considerada marco do patrimônio-territorial.

Procedimentos Metodológicos

Esse estudo científico tem caráter objetivo na busca de resultados pelo turismo; ainda "resulta de uma investigação metódica, sistemática da realidade" (GALLIANO, 1979, p.19). O estudo tem caráter qualitativo, na medida em que será realizada a discussão e desenvolvimento de resultados a partir da revisão bibliográfica de livros e artigos científicos acerca da temática já indicada, pois toda pesquisa deve ter "um arcabouço teórico que informa a escolha do objeto, todos os passos e resultados teóricos e práticos" (MINAYO,1999, p. 37).

O presente trabalho utiliza-se do estudo de caso como procedimento e enfoque central de investigação, por se tratar de pesquisa exploratória, visando a aferição da Missão Cruls relacionada ao turismo para idosos (GIL, 2009).

Ainda, é possível dizer que a metodologia (de caráter qualitativo) é tecida através da técnica de múltiplos casos, no que concerne a avaliação de alguns recintos vislumbrados pela Missão Cruls, como possíveis atrativos turísticos analisados.

Deste modo, os resultados dessa pesquisa foram obtidos através da revisão sistemática das bibliografias, pesquisas de campo já realizadas (ou experiência empírica e investigativa da autora durante a graduação) e aprofundamento em autores acerca da temática.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa, tem caráter exploratória-descritiva, pois caracteriza um fenômeno, sendo este referente a Missão Cruls e ao turismo; ainda aborda questões pertinentes a conceitualização do patrimônio-territorial e, ainda, enfoca a relevância do turismo para a idosos do Distrito Federal.

1. CONCEPÇÕES DE TURISMO E SUAS INTERPRETAÇÕES

Cintra (2016) compreende o turismo como um importante fenômeno, que transforma a economia e a sociedade, promovendo também, em alguns casos, a inclusão social e o aumento de oportunidades de emprego e renda. Pode-se considerar que o turismo promove, ainda, a socialização dos agentes humanos com a natureza (COSTA *et al*, 2015).

Ademais, com o intuito de fortalecer o referencial teórico deste trabalho, segundo Cintra (2016), a palavra turismo encontra-se vinculada ao sentido econômico por estar atrelada a viagens organizadas com o objetivo de lazer. Entretanto, ressalta-se que a concepção do termo turismo vai muito além destes paradigmas, sendo sua concepção abrangente às circunscrições nos locais onde sãorealizados a prestação de serviços que apoiem os turistas (CINTRA, 2016).

Destarte, Theobald (2002), diz que o turismo deve ser definido e compreendido através de uma visão mais holística, por envolver a migração de grupos e indivíduos que visam o prazer e/ou os negócios, sendo esta migração ocorrida de modo temporário e não permanente, suprimindo, contudo, a necessidade dos viajantes, bem como os impactos econômicos, ecológicos e socioculturais procurados pelos turistas e pelas agências de viagens.

Deste modo, ainda sobre esse mesmo contexto, o turismo é um fenômeno de base socioeconômica e também cultural, envolvendo pessoas seus respectivos deslocamentos de uma localidade para outra, podendo acontecer tanto em território nacional como em território internacional, interferindo na balança comercial econômica dos países (CINTRA, 2016). Outrossim, uma das definições mais utilizadas e aceitas na modernidade é a tecida pela Organização Mundial do Turismo(OMT), em 1994, que desenvolve a compreensão do turismo na concepção dasatividades realizadas por uma ou mais pessoas durante viagens e estadias realizadas em distintos lugares, em períodos consecutivos inferiores a um ano de duração; tal atividade pragmática é realizada com afinalidade de promoção do lazer, ócio, divertimento, negócio, dentre outras (OMT, 1994 *apud;* CINTRA, 2016).

Para Barbosa (2005), o conceito de turismo apresenta algumas controvérsias, denotando alguns impasses no que se refere ao consenso de suas definições, perante os diversos autores que abordam a temática. Desse modo, de

maneira sucinta, percebe-se que em tais interpretações o turismo é predominantemente caracterizado e relacionado por estar vinculado às viagens, no entanto, faz-se necessário ressaltar que não são todos os tipos de viagens que entramna conceitualização de turismo (BARBOSA, 2005).

Por conseguinte, Borges e Silva (2015) explicitam a ligação do turismo às diversas searas do conhecimento, e é devido a esta interdisciplinaridade, o debate dos autores na temática estão cada vez mais difusos, sem entendimentos consensuais.

Deste modo, fica nítido para os distintos autores que a atividade turística é explicada segundo suas áreas de formação no campo do turismo. Sendo assim, como paradigma, os economistas interpretam o turismo mais como sendo uma atividade capaz de gerar inúmeros benefícios no sentido econômico e os geógrafos, por exemplo, estão dedicados às análises espaciais, territoriais, paisagísticas e regionaisdo turismo (CASIMIRO FILHO, 2002).

Entretanto, para os sociólogos, o turismo é interpretado em uma perspectiva menos econômica e mais social, pelo fato de o turismo envolver as interações socioculturais interindividuais (DAMIÁN, 2009). Para a geografia, o turismo é um fenômeno socioespacial que carrega uma concretude sumamente paradoxal (COSTA,2010).

E é justamente a definição do turismo pela área das ciências sociais e da geografia que se mostra relevante para o trabalho em voga, dado que o âmago centraldessa pesquisa é concernente à promoção do turismo e seus benefícios para com a população idosa, em diálogo com o conceito geográfico de patrimônio-territorial, vislumbrados no estudo de múltiplos casos dos atrativos turísticos referentes a Missão Cruls.

Já para Ramos e Costa (2017) o turismo encontra-se intrinsecamente ligado ao desenvolvimento socioeconômico mundial, interferindo substancialmente na transmissão cultural entre a sociedade, o conhecimento histórico e linguístico, sendoeste último importantíssimo para o paradigma de gestão do patrimônio, o entendimento da cultura e dos agentes e atores envolvidos na prática (RAMOS; COSTA, 2017). Ademais, a partir de Santos (2001), entende-se que o turismo também se encontra umbilicalmente atrelado à modernização do território, oriundo de uma sociedade cadavez mais globalizada, em suas palavras:

> Para a maior parte da humanidade, o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade. Ele não se verifica de modo homogêneo, tanto em extensão quanto em profundidade, e o próprio fato de que seja criador de escassez é um dos motivos da impossibilidade da homogeneização. Os Indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão encontra obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural (SANTOS, 2001, p.142).

Em síntese, o turismo além de poder ser uma prática importante para a promoção de melhorias no que diz respeito a inserção do idoso em um ambiente de lazer e entretenimento, faz com que o público que o pratica, amiúde, em suas atividades de sociabilidade, esteja paulatinamente mais suscetível a transmissão sociocultural (PIRES, 2004). Nessa perspectiva, compreende-se também o escopo nos quais estes estão inseridos, denota-se conhecimentos históricos e linguísticos dolugar ou da região visitada, sendo estes elementos importantes; assim, o turismo se torna uma via relevante para a promoção do conhecimento e valores no que concerneà identidade e ao patrimônio de e para a população. Isso nos autoriza a mobilizar o conceito de patrimônio-territorial, como já o fizeram alguns autores (ANDRADE, 2021; COSTA, ALAVARADO-SIZZO, RUBIO-SCHRAGE, 2020).

1.1 Sistema de turismo e o subsistema cultural

A questão do turismo relacionado à cultura está discutida emBeni (2003), que invoca o turismo a partir da teoria dos sistemas, e evidencia o Sistema de Gerenciamento do Turismo (SISTUR), que tem de forma dinâmica a apresentação dos participantes da atividade turística. De acordo com o autor, no vislumbre do conceito de sistema aberto, o SISTUR tem como objetivo central organizar a atividade turística a partir de seus componentes. O modelo apresentado por Beni evidencia a organização estrutural (infraestrutura e superestrutura), o conjunto das ações operacionais e o conjunto das relações ambientais (BENI, 2003; NOSCHANG, 2014).

Outrossim, fica também evidenciado pela literatura como as atividades turísticas podem se relacionar ao conjunto das relações ambientais, para além dos contextos econômicos, sociais, ecológicos e culturais (PIRES, 2004). Esta interpretação do tema consiste no entendimento de que tudo aquilo que é modificado ou apropriado pelo homem pode se transformar em recursos turísticos na medida que cultura representa “um conjunto de crenças, valores e técnicas para lidar com o

meio ambiente" (BENI, 2003, p.88). Desta maneira, uma nova discussão surge relacionada à preservação dos bens culturais, avistada elucidação dos responsáveis, àqueles quedetêm subsídios para garantir a preservação real da memória cultural (PORTUGUEZ,2004). Em outra seara, os autores defendem que o Estado é ou deveria ser um dos garantidores dessa manutenção de valores culturais e de preservação patrimonial, mas a problemática gira em torno de quem vai preservar em nome do bem comum equem vai transformar os bens culturais em atrativos turísticos, bem como suas consequências (ENDRES, 2008).

No caso brasileiro, mais especificamente no entendimento histórico da Missão Cruls, é possível evidenciar políticas de restauração e preservação de patrimônios estatais, mesmo que a passos lentos ao longo do século XX; o próprio IPHAN representa um papel fundamental, braço do Estado, este que é o espírito querepresenta ou deveria representar tal coletividade (CABRAL; OLIVEIRA, 2015).

Deste modo, os monumentos utilizados para a atividade turística vêm sendo, no Brasil, cada vez mais preservados para fins comerciais, entretanto, existem nessesespaços uma diversidade multicultural que necessitam ser reconhecidas (COSTA,2005). No panorama da defendida preservação, cidades históricas são mantidas por termos legalistas, a fim de não gerar descaracterização destas e permitir que os destinos sejam vislumbrados como atrativos turísticos, como exemplificado na cidade de Olinda, no estado de Pernambuco, e Ouro Preto, em Minas Gerais, considerados patrimônios culturais da humanidade. Em suas palavras, Gagliardi (2006, p. 26) invoca que:

> Inserido na agenda das políticas urbanas e das parcerias entre poder públicoe iniciativa privada para ações de requalificação urbana, o patrimônio material tem sido reabilitado para novos usos, em geral, visando à sua inserção no circuito do lazer, da cultura, do turismo e do entretenimento. Nessa chave, osequipamentos culturais passam a ter um importante papel nas novas fisionomias urbanas, os museus deixam de ser austeros e introvertidos paraadquirirem uma imagem de prestígio, mais animados e guarnecidos por umaarquitetura que vem se constituindo por si só em um atrativo.

Outra questão relevante está na discussão das parcerias público-privadas (PPPs), cada vez mais comuns no campo do turismo, em sítios culturais como mencionado acima (FRANCO; ESTEVÃO, 2010). Na medida em que esta é uma atividade econômica e importante fenômeno social, as políticas patrimoniais envolvemdiferentes agentes da atividade turística, e ainda colocam sob o Estado

uma parcela de responsabilidade quanto à preservação (PINHEIRO, 2006).

Os processos preservacionistas que ocorrem, como o tombamento de monumentos, se fazem esperando a proteção da identidade histórica de um local ou país, ação esta que se inicia por volta da década de 90 do século XIX. No caso brasileiro, a visibilidade do tombamento e as tentativas políticas de preservação de patrimônio material ocorrem, com mais vigor, após a instauração da constituição de 1988, voltada à cidadania e direitos cidadãos, que evidenciaram também iniciativas do aparelho estatal para com a manutenção da memória popular (CABRAL; OLIVEIRA, 2015). Gagliardi (2016, p. 116), ressalta que:

> Após anos de intervenções pontuais do Estado em ações de regulamentação, financiamentos e subsídios para alguns ramos da atividade turística, é também somente a partir dos anos 1990 que se iniciam esforços mais ordenados no sentido de se construir políticas nacionais de turismo para qualificar a atividade e os destinos a partir de processos mais participativos.

Apesar de se apresentarem de forma positiva, as filiações em prol da preservação patrimonial trazem também problemas, na medida que depende de recursos públicos ausentes e, muitas vezes, replicados pela iniciativa privada. É diante desse panorama que entender a proposta do patrimônio-territorial é fundamental, poisesta parte do sujeito e as dimensões materiais e imateriais que o resguardam pela história do território (COSTA, 2016, 2017, 2018, 2021), de forma que o mesmo é, primordialmente, ativado, reconhecido, apropriado, em primeiro plano, pela população local.

O significado do patrimônio cultural-histórico é diverso, segundo cada autor esuas concepções. Na visão trazida por Beni (2003), ele que pode ser explorado na oferta turística, assim como os atrativos do destino, verificando as intermediações resultantes da conservação e restauração de monumentos, pois, “com relação ao patrimônio cultural, devem ser avaliados em profundidade os efeitos sobre os valoreshistórico-artísticos, assim como os usos e costumes da população” (BENI, 2003, p. 279). Então, quanto mais elementos culturais em potencial o destino tiver, mais valioso ele se torna na gama de oferta, sem jamais esquecer que o turismo, enquantoatividade econômica, é uma atividade da ordem capitalista, e as contradições relativas à sua prática são inerentes ao processo, como toda atividade econômica exercida noplaneta, não seria distinto no turismo regido pela globalização econômico-cultural. Cabe ao profissional dedicado ao

turismo revisar ou atuar na perspectiva de minimizar impactos sociais da atividade, convertendo o potencial em benefícios locais.

1.2 Turismo cultural e patrimônio: memória e preservação

A partir do debate do turismo cultural, se tem como subsegmento o turismo patrimonial que envolve a motivação cultural em primeira instância, sendo o turista inserido num território de potencialidades materiais e imateriais cuja experiência não se resume somente ao conhecimento visual, mas também participativo da dinâmica daquela localidade. De acordo com Meneses (2009, p. 27), há a premissa da cotidianidade, um elemento formativo da experiência turística, do outro que visita, se referindo a este fenômeno com o conceito de habitualidade.

> *Hábito, habitualidade* expressam bem essa noção de constância, continuidade. Trata-se, portanto, de uma relação de pertencimento - mecanismo dos processos de identidade que nos situa nos espaços, assim como a memória nos situa no tempo: são as duas coordenadas que balizamnossa existência (MENESES, 2009, p. 27).

Outrossim, quando nos referimos a monumentos históricos e patrimônio, em última instância estamos falando de cultura. Segundo Barretto (2013, p. 12), “não apenas o conceito de turismo tem gerado controvérsias. Se há um conceito que geroupolêmica durante todo o século XX, este foi o de cultura”. O conceito de cultura passou por diversas mudanças, tendo seu início advindo do latim, significando ‘trabalho como campo de cultivo’, e a partir da corrente iluminista sendo associado à civilização (BARRETO, 2013).

Uma dessas definições foi apresentada por Laraia (2001), referindo à culturacomo sendo um complexo fenomenológico que engloba temas como moral, crenças,artes e costumes, de acordo com a evolução do homem enquanto ser social. (LARAIA, 2001).

Assim, desde os primórdios, a cultura tem sido uma das motivações turísticas, mesmo quando sua concepção era restringida a bens materiais e artefatos históricosurbanos. Com a ampliação do conceito de patrimônio até mesmo a definição do que se entende por turismo patrimonial foi desenvolvido, e fomentou o que se chama Cultura Turística (VERBIST; BABINSKI, 2006).

Destaca-se também, o processo de memória descrita por Meneses (2009) tornando-se elemento fundamental da construção da experiência turística, em

que cabe a este ampliar a vivência do turista, na medida que o patrimônio é também imaterial e constitui um legado de gerações, que se preservado, desencadeia um polorico de herança cultural (MENESES, 2009).

Nesta concepção, para o turista que realiza a visitação, aquela realidade conhecida é diferente do seu cotidiano. Os monumentos que são parte do cotidiano do autóctone, do morador da região, que fazem parte de sua existência, são atributosculturais que o turista quer conhecer. Então o uso dos bens culturais, se dá de formadistinta entre morador e turista (VERBIST; BABINSKI, 2006).

Destarte, o patrimônio não se restringe aos monumentos contemplados no atoda visitação, mas ao conjunto de patrimônios materiais e imateriais do sítio. Acerca da conceituação, pode-se dizer que “o patrimônio é compreendido como a objetivaçãoda produção histórico-social da humanidade, e, portanto, necessita ser socializada, oque é o objetivo da educação patrimonial” (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1060).

De acordo com as contribuições de Beni (2003), o deslumbramento do turismo pode ser entendido na sua valoração do bem patrimonial, no sentido de valorar a herança histórica de um povo. Desta maneira, afirma-se que “Turismo é, em certo sentido, o instrumento que serve de veículo à reabilitação das culturas” (BENI, 2003, p. 90).

Alguns autores inserem no debate a premissa de apropriação do bem cultural para a própria fruição turística, e esse fenômeno pode ser dado de forma a contribuir na educação patrimonial, como evidencia Melo e Cardozo (2015).

> O patrimônio, em especial o patrimônio cultural objeto da educação patrimonial, é definido como todo patrimônio que resulta da ação humana, ou seja, das ações das pessoas em sociedade. A Organização das NaçõesUnidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) divide em três os tipos de patrimônio cultural: Monumentos, Edificações e Sítios (MELO; CARDOZO, 2015, p. 1062).

Ainda que a classificação UNESCO possa ser considerada limitada, deve ser dito que as relações, dinâmica dos moradores, e os bens imateriais constituem parte da experiência turística, em formato de tradições, costumes, elementos artísticos, dialetos e diversas outras manifestações. Este órgão, em 1972, parte da definição depatrimônio cultural, e elabora, através da Convenção do Patrimônio Mundial, o início da Lista dos sítios considerados universais e “autênticos”, que devem ser conservadosmundialmente (CABRAL, 2018).

Apesar do debate se debruçar sobre a preservação do que há de legado cultural e de patrimônio, muitos espaços acabam sendo modificados para o uso como produto turístico. Por outro lado, o próprio turismo pode alavancar um patrimônio ou um local histórico esquecido, e influenciar uma competitividade no segmento do turismo cultural, favorável ou prejudicial ao local, segundo as estratégias locais ou globais de reprodução dos bens. (PORTUGUEZ, 2004; CABRAL; OLIVEIRA, 2005)

Destarte, quando falamos em turismo relacionado à cultura e ao patrimônio, destacam-se com frequência as cidades históricas, que tem seu valor destacado pelosmonumentos e manifestações, materiais e imateriais, ainda presentes nos centros históricos. (CABRAL, 2018; POLIDO; CALLE; VELASCO, 2013).

Nas concepções de Scarlato e Costa (2017), os centros históricos e os monumentos são partes explícitas do que foi deixado em áreas urbanas vinculadas à história do território e se revelam como patrimônio material-imaterial, mas que também denotam uma dinâmica entre passado epresente.

Outrossim, Meneses (2006) identifica que a ideia de monumento pode abarcardois sentidos, sendo o primeiro advindo de "*monere"*, que significa lembrar[2]. Essa lembrança é constituída através de uma forma edificada, e assim apresenta e representa determinadas informações sobre si e para além de si, no caso a história de um território sendo este mediado pela "memória construída e a história" (MENESES, 2006, p.31).

De outra maneira, o segundo sentido traz menos uma edificação repleta de histórias, e mais uma anexação à arte. Este se dá pela celebração do próprio monumento, e técnicas apresentadas, não indo para além disso. Meneses (2006, p.59) identifica que "a fase de promoção da informação acerca das interpretações patrimoniais, parte fundamental do processo, não é menos complexa do que o exercício interpretativo". A interpretação do patrimônio não parte tão somente do sujeito que aprecia, mas a partir de como este é apresentado, e é essa parte funcionaldo turismo que pode gerar uma memória consolidadora no visitante, o que é importante para a atividade; é a partir de uma experiência agregadora e marcante positivamente que esse vai passar para seus conhecidos o quanto que a visitação

[2] Trecho original: "*la creación por doquier de rutas turísticas evidencia que, en la actualidad, las estrategias locales de desarrollo se realizan de acuerdo con las tendencias globales del turismo internacional".*

a determinado local vale a pena, constituindo uma rede de turistas potenciais (MENESES, 2006; BATISTA, 2005).

Interpretar o patrimônio abarca a ação de compreender o local que se visita, pois sem isso, o bem material não passa de uma edificação ou objeto isolado. A experiência de interpretar é, no fundo, uma comunicação do que é oferecido no destino, e da apreensão pelo turista (BATISTA, 2005).

Salienta-se que, nos primórdios do turismo, as impressões que se tinham do conhecimento de um lugar novo eram retratadas em relatos pessoais, diários de bordo, entre outros meios para se guardar memórias de lugares marcantes. Pode-sedizer que a interpretação é um pressuposto para a preservação, a partir do conhecimento, leitura e manutenção da experiência vivida (CASTRO; GUIMARÃES; MAGALHÃES, 2013).

Deste modo, assim como destacado por (Menezes, 2006), nos destinos turísticos do segmento cultural e patrimonial, de grande contingente, é comum haverum planejamento interpretativo, no qual tanto o autóctone quanto o turista participam do processo de preservação, e manutenção da memória vivida, que é passada atravésdo patrimônio.

> Tomando como base a premissa que descarta a exclusão social, interpretar um patrimônio e torná-lo atrativo para outros conhecerem significa, seguramente, considerar três eixos fundamentais de atitude de interpretação:associar a interpretação ao fazer cotidiano e à vivência da sociedade em questão; harmonizar os serviços oriundos da interpretação à realidade da sociedade que construiu e guardou o patrimônio cultural; não dissociar a interpretação da identidade, das idiossincrasias, das tradições e das formas de expressão da sociedade local (MENEZES, 2006, p. 54).

Outra maneira de se pensar o turismo está vislumbrada no uso ferramental bastante utilizado, em especial, em destinações de cunho cultural, que é a roteirização turística. Esta consiste em realizar a programação de itinerários, para facilitar a visitação, de forma que o turista tenha acesso a todos os atrativos evidenciados na proposta de oferta do destino em que visita (CISNE; GASTAL, 2009).

Os roteiros turísticos são também uma forma de aumentar a competitividade no lugar, pois aciona os diversos equipamentos e agentes imersos no destino, tanto turísticos quanto nos equipamentos básicos. São comuns a identificação e a roteirização turística em destinos culturais, a partir de uma

potencialidade identificadapara tal, no qual “A criação em todos os lugares de rotas turísticas evidencia que, na atualidade, as estratégias locais do desenvolvimento do turismo se realizam de acordo com as tendências globais do turismo internacional” (RAMIREZ, 2011, *apud* AGUILAR *et al.*, 2003, p. 226, tradução minha).

O autor ainda evidencia os subtipos de rotas turísticas possíveis, de acordo coma motivação, podendo ser um destino voltado a caminhos históricos, que tenha personagens da história do local, esotéricas, entre outros, de forma a ampliar o lequede oferta do turismo cultural e patrimonial (RAMIREZ, 2011).

Um dos pontos a se considerar que levam ao esquecimento da visitação é a passagem de informações sobre os atrativos de forma massificada e cristalizada, quenão promove uma experiência na qual o bem cultural deveria promover. A mídia também pode ser uma ferramenta corrosiva, segundo Meneses (2006, p.60), na medida que “cria simulacros que tendem a se transformar em produtos que destroema dimensão cultural do fenômeno social apresentado”. Por isso, existe uma complexidade no tratamento da produção e promoção do atrativo turístico (MENESES, 2006).

Em outra perspectiva, a busca da manutenção dos atrativos turísticos pode ounão coincidir com os interesses econômicos do mercado turístico, do Estado e o debate situado entre o âmbito social e econômico. Mas, por isso o sistemade turismo abarca todos os âmbitos inseridos na atividade, desde a agência de viagem até a comunidade local. Meneses (2006, p. 50) aponta que “no Brasil, alguns estudos acadêmicos já questionam aspectos de recuperação/preservação de espaços antigose a opção seguida em suas transformações em atrativos turísticos”. A vida original do local é o que há de mais valioso e garantidor de uma experiência turística única. Logo, a proposta de preservação deve ser para além da recuperação ou manutenção de um objeto, monumento, ou local de visitação, mas incluir as informações sobre sua história e a valorização do potencial turístico que estes podemoferecer (MENESES, 2006).

Desta maneira, o risco de grandes transformações locais incide na retirada daquilo que é mais profundo da memória local, e transformar em um aparelho massificado, como ocorrem em diversas praias brasileiras, que após o “boom” turísticosofrem com as marcas de uso, e depois se tornam atrativos esquecidos, prejudicandoa vida dos moradores locais (VAN DE MEENE RUSCHMANN,1993).

Na literatura estudos emergem do debate do ciclo de vida de um destino turístico, destrinchando esse processo de evidência do destino num determinado período, e na sua abstração,como evidenciado no contexto de produção capitalista citado em Butler (1980).

> O padrão apresentado aqui é baseado no conceito de ciclo do produto, em que as vendas de um produto procedem lentamente no início, experimentam uma taxa rápida de crescimento, estabilizam e, subsequentemente,diminuem; em outras palavras, segue-se uma curva assintóticabásica.(BUTLER, 1980, p. 6).

Deste modo, o ciclo de vida de um destino turístico consiste na introdução, crescimento, maturidade e declínio do mesmo. Pensar esse processo no turismo cultural, se faz imprescindível, pois refletir sobre o declínio de um destino desse segmento, faz adentrar na possibilidade de desconfiguração do mesmo. Quando falamos em desconfiguração, não se trata só de forma paisagística ou do que é visto,mas também de elementos culturais, de valores e hábitos que podem ser modificadospela presença do turista e da composição da memória local (BUTLER, 1980).

1.3 Turismo-patrimonial: limites, força de conceitos e utopismos

Nesta secção, se faz necessária a compreensão, no âmbito da realidade localvinculada a sítios patrimoniais, das propostas discutidas em E. Costa. O estudo realizado por Costa (2016, 2017, 2018, 2021) incide nas noções de patrimonialização global, território de exceção e três utopismos: o utopismo patrimônio-territorial, o utopismo patrimonial singularista e o utopismo patrimonial existencialista, que culminam no conceito patrimônio-territorial.

Costa (2017) evidencia o movimento dialético dos processos indutores de valorização, mudanças e de “necessidades-desejos particularistas”, a partir de uma visão holística do processo urbanístico e patrimonial. Existem órgãos financiadores que promovem o alinhamento das mudanças relacionadas aos usos e apropriações dos bens, e à continuidade da atividade turística, assim como dos processos de preservação, memória e de criação de patrimônios históricos. A problemática encontrada pelo autor toma rumos no sentido de se envolver também o patrimônio eo território subalternizado pela história hegemônica e eurocêntrica, que tende a negligenciar saberes e fazeres vinculados aos sujeitos situados e humilhados

(COSTA, 2021).

Assim, torna-se importante entender as diferenças sobre os três utopismos elencados pelo autor. Deste modo, de acordo com Costa (2016, p. 2-3), definem-se:

> O primeiro utopismo é revelador da gênese e da duração de um patrimônio- territorial latino-americano [história registrada em símbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder: arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais]. Como projeto histórico-geográfico, esse utopismo perpetua ambições, ideias e matérias, além de denunciar contradições, todos situados. Universalmente, oPatrimônio-territorial: i) anuncia as estratégias da conquista ibérica do continente latino-americano, em abertura para a modernidade, e aorganização colonial do mundo; ii) indica que a América Latina "entra" na modernidade como sua "outra face", dominada, explorada, encoberta, pois teria como ponto de partida fenômenos intra-europeus ; iii) reforça o projeto transmoderno enquanto "co-realização do impossível para a modernidade; solidariedade de: centro-periferia, mulher-homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, humanidade-Terra, Cultura Ocidental - Culturas do mundo periférico ex-colonial, por incorporação, partindo da Alteridade.

Ainda de acordo com Costa (2016, p. 3), o segundo utopismo refere-se:

> O segundo utopismo, denominado patrimonial singularista, questiona o sentido de universalidade atribuído ao patrimônio latino-americano chancelado pela Unesco, e tem na díade mobilização e mobilidade pilar de um projeto urbano coletivo, pela melhora das condições existenciais dos cidadãos. Confrontam-se [por análise de dados e algumas experiências no continente] a lógica crítica da urbanização latino-americana à produção de singularidades pela patrimonialização global, buscando formas novas de cooperação socioeconômica via preservação sinérgica do patrimônio. Nenhuma utopia influenciou o curso da história por seu realismo, mas pela negação radical das fronteiras do real instituído e por oferecer aos agentes sociais a visão de inúmeros possíveis futuros".

Outrossim, no que se refere ao terceiro o último utopismo, o supracitado autor salienta:

> O terceiro utopismo - patrimonial existencialista - destaca a ideia inconteste da preservação mesmo diante da produção social de riscos, na América Latina. O sujeito localizado ou situado é tido como importante responsável do destino patrimonial. Há duas formas de produzir conhecimento: a intelectual [mundo como reunião de objetos, em um arranjo que demanda classificaçãoteórica] e a existencial [mundo feito por seres intencionais e o objetivo maioré reconhecer o domínio da vontade e a busca de sentido]; o utopismo patrimonial existencialista cruza essas duas formas, por se referir à manutenção da ordem da vida frente a destruições ou sua iminência. Essa contradição interna justifica trazer o sujeito para o centro da discussão [e da prática] preservacionista pelo método existencialista sartreano, pois nele o homem define-se pelo seu projeto, supera perpetuamente a condição que lhe é dada; desvela e determina sua situação, objetivando-se pelo trabalho, pelaação ou pelo gesto; para esse existencialismo, o movimento dialético original ocorre entre o indivíduo e sua empreitada em produzir sua vida ou objetivar-se. O

> utopismo interno ao existencialismo sartreano refere-se a que o homemnão é apenas como se concebe, mas como ele quer que seja; guarda a ideia primária de qualquer utopismo: derrubar negatividades feitas na história paraum futuro novo possível, a partir do próprio sujeito (COSTA, 2016, p. 4).

A América Latina, com seus territórios colonizados e dentro de uma tentativa de apagamento histórico-identitário, contémespaços subalternizados como foram mencionados anteriormente;porém, há possibilidades de operar suas potencialidades, muitas vezes, independentemente daspolíticas públicas adotadas pelos Estados, no contexto da ativação popular de seu patrimonio-territorial (COSTA, 2021). Ausência do Estado não é ausência de saberes e cultura.

O turismo demanda uma nova reflexão, uma nova epistemologia, capaz de interpretar a identidade desconfigurada pelo colonialismo. Costa (2017, p. 61) afirma que "esse novo pensar e agir pelo turismo também são expressão de resistência à colonialidade do poder; passam a considerar a ativação do patrimônio-territorial comoa utopia dos territórios de exceção, assumindo-o como valor social".

O quadro de desigualdade no continente, apesar de parecer extremo em algunspaíses, têm nas possibilidades de mudanças de postura crítica a partir de algumas atividades a capacidade de gerenciar as riquezas do país, e permitir uma melhor distribuição de renda. O trabalho realizado na América latina, sob uma superexploração do capital, aumentou cada vez mais as disparidades entre países hegemônicos e os periféricos. Costa (2017, p. 66) atribui a possibilidade de utilizar o turismo de forma a "agregar bens instituídos e não instituídos na elaboração de um mais amplo território simbólico e de atração turística até as periferias". Porém, o autoré enfático. Sem um ajuste ou organização de qualquer atividade econômica (como o turismo) onde os moradores locais sejam os mentores da atividade, bem como seus primeiros beneficiários, o risco de se perder o lugar, a memória e a história para o valor do dinheiro é enorme (COSTA, 2017).

Uma vez que a atividade turística se vincula a localização geográfica, exigindo da população o deslocamento dos turistas para conhecer os distintos atrativos turísticos, nos mostra o potencial econômico desta atividade. Em territórios situados, onde a atividade turística é importantíssima para a manutenção de sua economia, sendo muitas vezes a principal fonte de renda destas localidades, nos faz lembrar o que é dito em Costa (2017), denotando a capacidade de resistência da atividade turística, enquanto estando desenvolvida dentro de um sistema capitalista. Desta maneira, torna-se interessante um planejamento turístico que

possa ser feito, de forma a beneficiar as comunidades longínquas através da elaboração de ações e estratégias voltadas a resultados benéficos a estas localidades.

Deste modo, no vislumbre do segundo utopismo mencionado por Costa (2016) chamado de utopismo patrimonial singularista, percebe-se que as localidades singulares, em especial as latino-americanas, são universalizadas pela UNESCO[3]. Tais atos, têm como objetivo oferecer melhores condições de vida dos moradores nos destinos turísticos. Assim como mencionado pelo supracitado "discursos e programas de municipalidades que definem singularidades para internacionalização" (COSTA, 2016, p. 3). Entretanto, o terceiro utopismo colocado, patrimonial existencialista, "destaca a ideia inconteste da preservação mesmo diante da produção social de riscos, na América Latina" (COSTA, 2016, p. 4).

Muito mais do que uma separação teórica-metodológica entre os distintos utopismos supracitados, é importante salientar que estes estão intrinsecamente enraizados em um único conceito que perpassa ao longo deste trabalho, assim comosalientado por E. Costa, o conceito de patrimônio-territorial, que aglutina uma gama de visões, todas baseadas no que ele chama "sujeito situado", sendo este o mais importante de ser evidenciado, que neste trabalho se refere ao idoso e à idosa.

1.4 Segmentação de mercado e turismo para a população idosa

Ainda refletindo, nesta seção, sobre suas subcategorias, o turismo pode apresentar diferentes contextos, inclusive manifestar segmentações de mercado queincidem em determinados públicos-alvo. O turismo para a população idosa é uma dessas subcategorias, tendo-se como principal critério a faixa etária, que apesar de aumentar as possibilidades da atividade turística pode também apresentar nuances mesmo que no espaço de incitações e dificuldades. Como afirma De Sena *et al.* (2007, p. 107), "segmentar o mercado turístico conforme a idade é um desafio, já que a sociedade atual passa por grandes mudanças em seus aspectos populacionais e comportamentais" (DE SENA; GONZÁLES; ÁVILA, 2007).

O tempo livre na sociedade burguesa, se torna cada vez mais restritivo, fazendo com que o turismo tenha que se reinventar e fazer surgir novas

[3] Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

segmentações como o turismo de negócios. Ainda assim, o ambiente cultural e de natureza perfazem as primeiras segmentações turísticas, e que de forma diversificada, trazem possibilidades para variadas motivações. A partir disso, podemos trazer duas determinações, de acordo como Melo e Júnior (2003, p. 26), tem-se:

> A cultura é típica dos seres humanos, que, organizados em comunidades cada vez mais complexas, necessitam estabelecer princípios para viver comalguma harmonia. Com certeza esse não é um processo simples, já que abarca os desejos humanos diversos, bastante diferenciados.

A primeira corresponde ao que que se compreende como cultura; o que é exposto é a complexidade de se viver em sociedade, num mesmo espaço-grupo; e quando falamos de turismo, é a vinda de um grupo diferente para aquele espaço. Então, o turismo tende a estabelecer uma relação social complexa, cheia de subjetividades, entrando na questão da motivação ou desejo. O que faz o turista querer visitar um local pode ser muito peculiar e singular do indivíduo, assim como pode ser por conta de uma segmentação de massa, como o turismo de sol e praia, tendo como motivação principal descansar e se utilizar das praias ou da natureza (MELO; JÚNIOR, 2003).

Neste preâmbulo, os desejos são diversificados e dificilmente uma segmentação pode identificar e abarcar todos eles em uma oferta, mas aproximar-se a partir de estratégias de reconhecimento de seu público-alvo (MELO; JÚNIOR, 2003). Outrossim, quando se fala no público de idosos, isso pode se tornar ainda mais desafiador. O que de diferente e motivador pode envolver aquele destino, para tal público? O que é possível apresentar de novo, ou simplesmente acolhedor? Que tipo de experiência esse público deseja? São indagações que devem ser feitas de forma a abarcar essa segmentação, e aproveitar o que essa tem de valor, a atemporalidade de viagens e o tempo livre (MELO; JÚNIOR, 2003).

Uma das principais características do turismo para a população idosa é a possibilidade de aproveitar os períodos de pouca atividade turística, diante da sazonalidade de um determinado segmento. Com o aumento da atividade turística dos idosos, o equipamento turístico sofreu modificações e teve que se adaptar a esse novo contingente, que tem mais tempo livre, e pode proporcionar uma estabilidade para meios de hospedagens (DO NASCIMENTO, 2016).

Segundo Ávila *et al* (2008), os segmentos mais utilizados pelos idosos são

os de turismo religioso, social e o turismo de saúde e estética, porém o ingresso desse grupo nos espaços de outras segmentações turísticas são possíveis, pois se trata deum turista potencial, que deseja passar o tempo que tem livre em locais também de aprendizado, na medida que a ideia de expor esse grupo à atividade turística é de quenunca é tarde para se conhecer e aproveitar as diversas atividades proporcionadas pela atividade (ÁVILA *et al.,* 2008).

Da mesma forma, o marketing turístico para esse segmento é voltado à glorificação de idosos, como idade do conhecimento e do tempo livre, mas que ainda tem o que aprender, e tem tempo e condições para aproveitar. Quando tratamosde segmentação de mercados, temos que elucidar que este se faz complexo, pelo fato de um único destino turístico apresentar variações de ofertas (VERBIST; BABINSKI, 2006; CARVALHO; SALLES, 2013; DO NASCIMENTO; DOS SANTOS, 2016).

Deste modo, a segmentação de mercado serve para que um público-alvo seja definido, e assim agrupado de forma que a oferta turística seja oferecida estrategicamente (DE SENA; GONZÁLES; ÁVILA, 2007). Uma das estratégias sugeridas tanto para o marketing de serviços quanto para o de produtos, é a fidelização daqueles turistas. Chias (2007) traz essa afirma que o destino turístico é ofertado em suas diversas facetas, análogas a produtos, dos quais cada segmento compartilha de seu público-alvo (CHIAS, 2007).

Deste modo, um ponto anteriormente citado deve ser retomado, que é o caso da acessibilidade. Quando falamos em idosos, é necessário que se compreenda as limitações existentes, mas que alguns serviços podem ser facilmente ofertados, desdeque não causem frustrações para o turista. Chias (2007, p. 82) evoca que “a decisãode compra final está muito relacionada com a convicção e a acessibilidade”. E esta serelaciona a custos, deslocamento e informação. O grupo de idosos pode ser visto como um grupo exigente, diante das experiências contidas de toda uma vida (CHIAS,2007).

Verifica-se que o envelhecimento da população mundial ganha relevo, ou seja, existe um contingente de idosos crescente na base etária da população, tendo os diversos serviços que se ajustarem a essa realidade, inclusive a atividade turística. De Sena *et al* (2007, p. 81) identifica em pesquisa que “os estados do Rio deJaneiro (10,7%), Rio Grande do Sul (10,5%) e São Paulo (9,2%) possuem uma relação de idosos maior que a média brasileira” (DE SENA; GONZÁLES; ÁVILA,

2007).

Deste modo, esses dados trazem uma perspectiva importante da realidade brasileira, e mostram um ponto fundamental que atravessa o turismo cultural e de idosos. O turismo cultural e patrimonial é um dos segmentos que mais movimentam turistas tanto no plano internacional quanto doméstico; o estudo de demanda doméstica realizada em 2007, de acordo com o Ministério do Turismo dentre os principais motivos que crescem com a renda destacam-se: Sol e Praia (evolui de 26,5% para 49,3%); Turismo Cultural (passa de 6,2 % para 12,7%); Compras Pessoais e Lazer (de 9,8% para 11,9%) (BRASIL, 2007).

Em outra pesquisa do Ministério do Turismo, realizada em 2018, podemos perceber como os gastos totais de viagens familiares por região e renda, em reais, sedesenvolve, das famílias que detém de um a 4 salários mínimos o gasto com viagensfamiliares é maior na região com, com o gasto de R$ 596,43, o menor desempenho é vislumbrado na região Centro-Oeste com cerca de R$ 238,60; quando o cenário é vislumbrado entre as famílias com renda média de 4 a 5 salários mínimos a região Sulmantém seu primeiro lugar em termos de gastos, R$ 1.582,36, de forma similar o Centro-oeste continua com seu mau desempenho, com cerca de R$ 651,28 gastos em média; no que diz respeito a população que com renda maior de 15 salários mínimos a tendência de maiores gastos pela região Sul é quebrada, sendo os nortistasos maiores gastadores em viagens domésticas, em média R$: 2.798,93, neste pedaço da população, os turistas do sudeste gastam o menor montante, em média, R$ 1.635,18, em viagens (BRASIL, 2018).

Destarte, verifica-se que, por renda, o turismo cultural é uma das motivações mais recorrentes e, em correlação, De Sena *et al* (2007, p. 81) aponta que “outro fatoque merece destaque é que, em muitas regiões a renda da população acima de 60 anos é superior à renda média brasileira.

Desta maneira, os serviços turísticos, acabam tendo um custo elevado por conta da sazonalidade, que é característico do turismo, porém numa análise dialética,é possível construir segmentações que deem conta dessa lacuna, se trabalhada estrategicamente. O turismo cultural e o de idosos fazem esse papel de formaeficiente se bem desenvolvidos, pois incrementam a economia nacional. O fundamental é que turismo ou essa segmentação possibilita uma vida aprazível, de lazer e fruição nessa etapa maior da vida das pessoas que o realizam (VERBIST; BABINSKI, 2006; CARVALHO; SALLES, 2013; DO NASCIMENTO; DOS SANTOS,

2016).

Desta maneira, a população considerada idosa no Distrito Federal representa326 mil pessoas, o montante equivale a cerca de 13% da população total. Deste montante, destacam-se os centros demográficos de Ceilândia e Brasília, apontados como centros com maior percentual de idosos, com cerca de 45 mil idosos em seus entornos (Governo do Distrito Federal, 2014).

Outrossim, o próximo capítulo tem como principal intuito correlacionar Missão Cruls, como estudo de casado principal deste trabalho, e o vislumbre da possibilidade associar como patrimônio-territorial objeto de fruição pela população de idosos do DF.

2. MISSÃO CRULS NA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO DF

Ao final do século XIX, a recém-instalada República tinha em suas mãos uma nação de proporções continentais, herdada da monarquia. "A configuração escolhida para a área da futura capital teve por base o exemplo dos Estados Unidos adotando o perímetro constituído pela figura geométrica regular de um quadrilátero"(TIBÚRCIO, 2013, p. 4).

No terceiro artigo da primeira constituição republicana de 1891, foi registrado que ficava pertencendo à União uma área no Planalto Central de 14.400 quilômetros quadrados e que nela se estabeleceria a futura capital do país. Nessa época, muitas pessoas consideravam a mudança da capital para o interior um desperdício de dinheiro. Mas, havia posicionamentos favoráveis (BARBOSA, 1946).

Para aqueles que eram favoráveis à ideia, a interiorização da capital se fazia necessária, e sua localização na região central do país funcionaria como um grande polo de atração e fixação de pessoas, contribuindo para promover o povoamento do da região menos habitada do país e, consequentemente, garantir a tão propagada integração nacional (VIEIRA, 2007, p. 13).

> Para aqueles que eram favoráveis à ideia, a interiorização da capital se fazianecessária, e sua localização na região central do país funcionaria como umgrande polo de atração e fixação de pessoas, contribuindo para promover o povoamento do 'deserto' e, consequentemente, garantir a tão propagada integração nacional (VIEIRA, 2007, p. 13).

Entretanto, a ideia não era nova. O patriarca da independência, José Bonifácio, que defendia a interiorização da capital e também que seu nome fosse Brasília, o feminino da palavra "Brasil". Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, andou pela localidade antes da Missão Cruls e sugeriu que a capital fosse naregião de Formosa, Goiás. Varnhagen acreditava que a capital estaria em boas condições dentro de uma triangulação entre a Lagoa Feia, Mestre D'armas e Lagoa Formosa. Segundo Costa e Alvarado (2019, p. 22), A nova capital brasileira, Brasília,é um nítido exemplo de heretopia patrimonial, uma vez que fora um espaço urbano sonhado, idealizado e materializado.

> O ideal colonial, imperial, republicano e moderno de internalização e complexidade do território, em 1891 e de acordo com o artigo 3º da Constituição brasileira do mesmo ano, motivou a delimitação - realizada pelaconhecida expedição do Dr. Luiz Cruls - de uma área de 14 mil km²,

> no Planalto Central, que definiu o local onde seria inaugurada a nova Capital Federal quase setenta anos depois. A utopia da nova cidade avançou-se na primeira metade do século 20 e aparece na fala do presidente Getúlio Vargas(1930-1945), para quem “o verdadeiro sentido do Brasil foi a Marcha para o Oeste”, sentido geográfico que ganha conteúdo pelo potencial mineralógicoe produtivo do território, que serviria à intenção de desenvolvimento nascente; ideologia mobilizadora que fez da dominação e conquista econômica do interior um desafio nacionalista (COSTA; ALVARADO, 2019, p. 22-23, tradução minha).

Assim, a objetivação da construção de uma geopolítica, que buscava a ocupação dos interiores do Brasil, ideal inclusive da colonização, fez com que a Missão Cruls surgisse. A construção de novas estradas, e a formação de grupos de exploração das terras brasileiras foram estratégias encontradas, para se conhecer e reconhecer possibilidades também nos interiores, já que a economia central se encontrava dentre os litorais (LIMA, 1998). Destacam-se também a exploração do funcionamento de grandes fazendas e planos arquitetônicos.

Desta maneira, o então presidente Floriano Peixoto, no que se refere a decisão do Chefe do Executivo, que cumprira seu papel constitucional de iniciar a mudança da capital brasileira para o centro do Brasil, tendo em vista que a região Centro-Oeste seria, estrategicamente, mais próxima das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Cumpriu-se, desta forma, a letra da carta magna brasileira. Sendo a Missão Cruls a primeira etapa para o cumprimento a norma constitucional, entretanto não houve urgência para fazê-la, não entrando na agendapolítica de forma urgente, porém, utilizando-se de arroubos nitidamente políticos, enviando mensagens ao Congresso, situado ainda na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando a necessidade de prosseguir com as mudanças (CAVALCANTI, 2014).

O presidente convidou o chefe do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, o astrônomo belga e militar Luiz Cruls, para chefiar a Comissão Exploradora do Planalto Central, que fica conhecida posteriormente com o nome Missão Cruls.

> Missão Cruls partiu do Rio de Janeiro em junho de 1892, repetindo exatamente o roteiro de Varnhagen, por ferrovia até Uberaba, no Triângulo Mineiro, ponto final dos trilhos da Cia. Mogiana de Estradas de ferro. Dali, seguiu a cavalo – com quase 10 toneladas de bagagens e equipamentos, em 200 baús de madeira – até Pirenópolis, Santa Luzia (Luziânia) e Formosa. (CAVALCANTI, 2014, [S.I.]).

Desta maneira, a Missão Cruls teve como principal característica coletar dados, mapear a região e fazer levantamentos geológicos e geográficos. Mapeou-se o chamado Quadrilátero Cruls, ou Retângulo Cruls, que abrangia algumas das principais nascentes de bacias brasileiras, no que tange a uma dimensão de 160 por

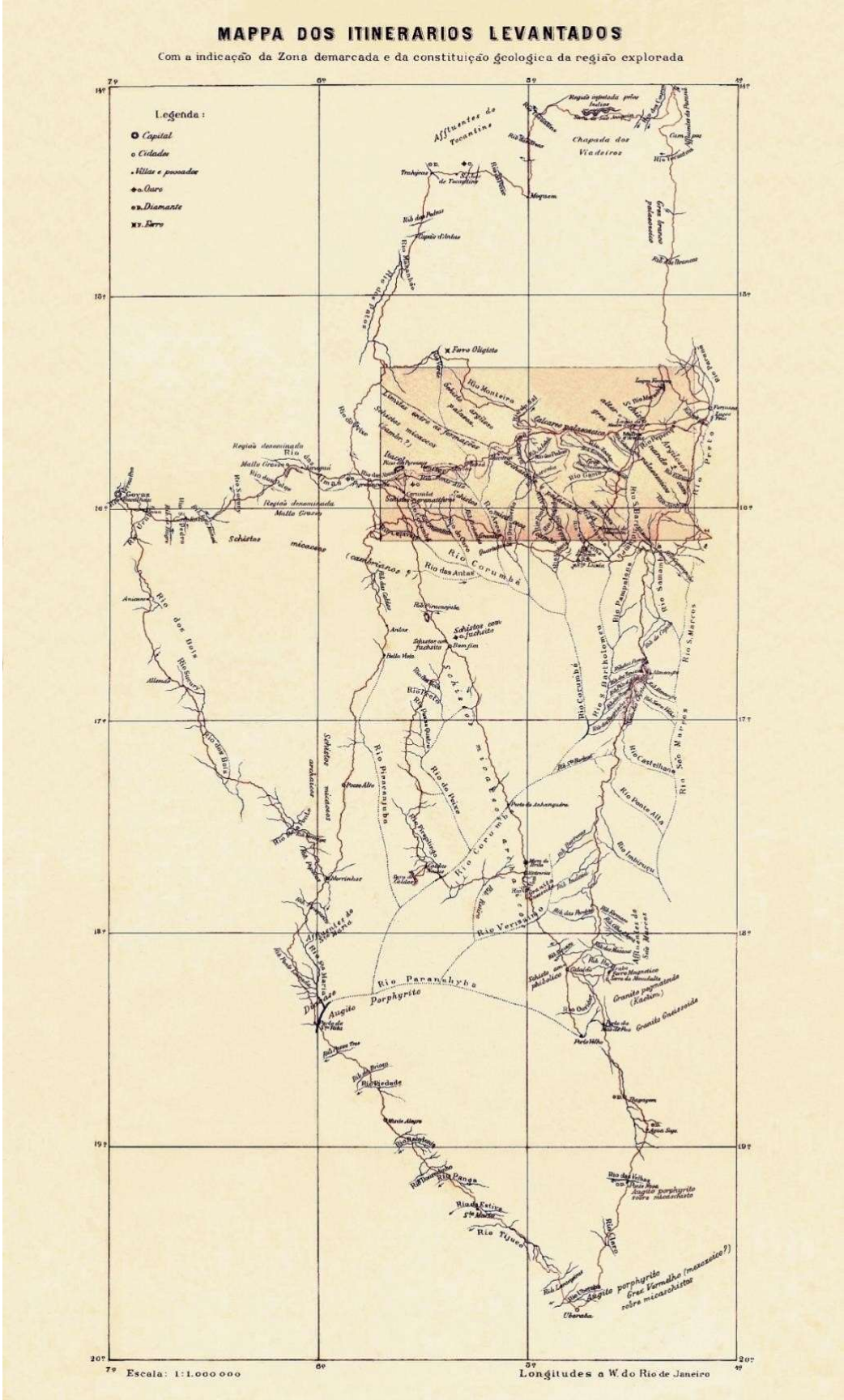
90 Km, abrangendo os rios São Francisco, Araguaia-Tocantins e Paraná. Durou cerca de 13 meses, os resultados dos dados obtidos foram apresentados na Sede dos Correios, sendo expostos fotos, mapas e relatos da natureza no que concerne a circunscrição do quefora explorado. Neste preâmbulo, tal mostra subsidiou o relatório, conhecido como “Relatório Cruls”, publicado em 1894 (CAVALCANTI, 2014).

Houveram mais de 20 pessoas na Missão, que foram Luiz Cruls, chefe, os astrônomos Oliveira Lacaille e Henrique Morize, além do médico higienista Antônio Pimentel, o também médico Pedro Gouvêa, o farmacêutico Alfredo José Abrantes, o geólogo Eugênio Hussak e do botânico Ernesto Ule. Foram também os auxiliares Felicissimo do Espírito, Antonio Jacintho de Araújo Costa, João de Azevedo Peres Cuyabá e José Paulo de Mello. Estavam presentes Eduardo Chartier, mecânico, Francisco Souto, ajudante de mecânico, Pedro Carolino Pinto de Almeida, comandante de contingente e os alferes do contingente Joaquim Rodrigues de Siqueira Jardim e Henrique Silva. Cinco ajudantes eram ex-alunos de Luiz Cruls: Hastimphilo de Moura, Alípio Gama, Antônio Cavalcanti de Albuquerque, Celestino Bastos, Tasso Fragoso (Cruls, 1957, p. 22).

Os quatro pontos dos vértices do quadrilátero se encontravam em: Abadiânia, Formosa, Cristalina e Pirenópolis; nove meses depois, a Comissão elaborou um vasto documento contendo informações minuciosas sobre o Planalto Central; o relatório foi aprovado em 1894 pelo Congresso Nacional; em 1894, Cruls chefiou a segunda expedição científica para a região, a Comissão de Estudos da Nova Capital do Brasil, para definir dentro do quadrilátero o local específico da futura capital (CRULS, 1947).

Além de demarcar a área, os cientistas fizeram os primeiros mapas do centro do Brasil, levantamento hidrográfico, geodésico, fauna e flora da região, que ainda eram desconhecidos pela ciência (figura 1). Os cientistas também buscaram minério próximo à nova capital, encontrando calcário e argila de forma mais abundante (VERGARA, 2006).

Figura 1 – Mapa dos itinerários da Missão Cruls



Fonte: Arquivo Público do DF (1984).

A maior parte do grupo era composta de militares positivistas, corrente filosófica que defende métodos científicos, estatísticas e tecnologias, contando também com “ordem e progresso”, frase da bandeira nacional. O movimento auxiliou na criação da república e impulsionou os participantes da Missão a explorar o interior do país em nome de uma capital que levasse os princípios positivistas à frente. Devido à complexidade e detalhamento do relatório da segunda expedição, este foi considerado o primeiro Relatório de Impacto Ambiental sobre o Meio Ambiente (RIMA) do Brasil (VERGARA, 2006).

2.1 Da utopia Brasília ao utopismo patrimônio-territorial

É importante enfatizarmos que, no turismo, a relação entre espaço vivido e percebido é acoplado a um conjunto de estratégias que compõem a atração ao destinoturístico. A memória e a dinâmica inerente ao território podem ser valorativas ou não,a partir das interpretações e contextos do local e do regional (KATUTA; ÂNGELA; MASSUMI, 2001).

A simbologia se torna importante na apresentação de um determinado território, no qual seus desdobramentos históricos e particularidades culturais podemfornecer o que Laplantine e Trindade (2003, p. 15) denominam de fantástico.

> O fantástico sempre reconstrói a realidade dada, assim como os símbolos contextualizados em sistemas sociais, religiosos ou profanos definidos, paradeslocá-los propondo outra realidade, sujeita a outras regras e a normas diferentes. O fantástico é caracterizado pela vacilação e indeterminação de indivíduos e acontecimentos, desenvolvendo-se no cotidiano presente. O fantástico é o mundo ao revés, tratando da percepção particular do acontecimento e da sua repercussão no indivíduo que o presencia ou sofre asua ação. Por exemplo, a literatura latino-americana coloca o personagem ouo leitor ante a incerteza: ilusão dos sentidos e leis objetivas convivem ao mesmo tempo ou, ainda, acontecimentos ocorrem efetivamente alterando a realidade. (LAPLATINE; TRINDADE, 2003, p. 15).

Foi em 1960 o ponto unificador do espaço que viria a se constituir metrópole, implantado por um governo forte, imbuído da ideia do novo, do civilizador e do modernizador (COSTA; PELUSO, 2016). Para os autores, o governo federal buscava nova espacialidade para se fazer onipotente, de onde decorreu a implantação do Plano Piloto no Planalto Central, via constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), perante a Lei nº 2.874,

sancionada por Juscelino Kubitschek, em 19 desetembro de 1956, determina a mudança da Capital do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2015).

Brasília nasce como uma utopia, a partir de um imaginário com o símbolo de nacionalidade; o modernista de Lúcio Costa projetou, dentro de limites muito estreitos, locais de habitação, trabalho, circulação e lazer dos vários segmentos hierárquicos da tecnoburocracia e classes associadas prestadoras de serviço, formou, assim, imagens e imaginários utópicos de uma sociedade-modelo; a reforma urbana diante do chamado "urbanismo científico" foi idealizada a partir de cidades cartesianas, geométricas e iluministas (COSTA; PELUSO, 2016).

> As ações de ordenamento territorial em Brasília, naquele momento, condizem com o "planejamento modernista", no qual o Estado era o grande desapropriador, detinha o monopólio do solo utilizável, dominava o investimento em habitação e infraestrutura. Esta função era garantida pela NOVACAP, com a qual foi possível gerir o território com o poder sobre a terra usada, ou ainda com uso potencial e futuro, e para tornar possível a "uniformização", a "disciplina" e o "controle" de sua ocupação, em nome de uma "ordem espacial" e uma "integralidade". (COSTA; PELUSO, 2016, p. 20).

Para estes autores, a capital gloriosa teve assim o primeiro momento de conflitos, que se dava pela contradição entre a ordem identificada com a burocracia-modelo e o habitante da cidade-modelo, e a "desordem" a ser contida, identificada com o trabalhador e seus novos lugares (cidades satélites) dentro do Distrito Federal(COSTA; PELUSO, 2016).

> A cidade Estrutural aparece vulnerável por dimensões que os dados oficiais pouco ou nada denunciam. O espaço vivido e percebido pelos moradores é denunciado como violento (menos que nas últimas duas décadas), estigmatizado (a partir de outros locais), carente de infraestrutura (apesar das melhoras), um lócus privilegiado da política de controle ou domínio dos votos de cabresto e lugar de muitas passadas "guerras" pela posse da terra, fixação na terra distante e moradia (COSTA; PELUSO, 2016, p. 26).

Todo modelo de utopia nasce do trabalho intelectual (acadêmico ou popular), são criados fundamentos para transformações que rompem com a realidade atual, e assim surge uma nova saída crítica; o utopismo surge como um ideal inovador para um determinado projeto na sociedade, como ensina Costa (2016). Esta proposta envolve aspectos culturais, fenômenos sociais, restrições, agregações, perdas, política, tecnologia, mercado, modernização, preservação e superação, ligadas à aspectos do passado para dar rumo ao novo.

O estudo de Costa (2016) objetiva classificar utopismos patrimoniais que

favoreçam novas opções preservacionistas em face de particularidades da urbanização e da construção social de riscos na América Latina. Para atingir este objetivo, o autor apresenta, metodologicamente, os três utopismos já explicados e que se relacionam: utopismo patrimônio-territorial constituído na formação histórico-social latino-americana; utopismo patrimonial singularista ante a urbanização na América Latina; utopismo patrimonial existencialista frente aos riscos na América Latina.

É necessário enfatizar que o utopismo patrimônio-territorial latino-americano reforça o projeto detransformação do moderno enquanto correalização do impossível para a modernidade como a solidariedade de: centro-periferia, mulher-homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, humanidade-Terra, Cultura Ocidental - Culturas do mundo periférico ex-colonial, por incorporação, partindo da Alteridade (COSTA, 2016).

Segundo Costa (2016, 2021), em seu histórico, o patrimônio-territorial carregasímbolos territoriais resistentes à colonialidade do poder na arte, religião, saberes, fazeres, modos de vida, assentamentos de grupos subalternos urbanos e rurais. Esteutopismo advém da conquista ibérica do continente latino-americano. Indica que a América Latina entra na modernidade como sua “outra face”, dominada, explorada, encoberta, pois teria como ponto de partida fenômenos intra-europeus. O patrimônio-territorial quer resgatar, localizar, dar sentido moderno à América Latina e sentido mundial à modernidade, pois, concretamente, fala-se em história mundial com a operação do sistema-mundo, do qual o continente foi base, desde fins do século XV (COSTA, 2016).

O patrimônio-territorial existe pela sutileza de existência de um determinado povo, o que deve ser preservado, para a própria duração dos sujeitos situados, antesmesmo da preocupação com a atividade turística.

Em outra perspectiva, segundo acepções de Brabanti (2014, p. 7), o conceito de patrimônio territorial (sem hífen e em concepção não decolonial), encontra-se vinculado a uma ampliação do conceito de como patrimônio, por ser acrescido do termo territorialidade. Sendo assim, algumas analogias, semelhanças e similitudes encontram-se nesses termos como por exemplo, o fato de ir de encontro para a mercantilização do patrimônio e o uso puramente turístico, tanto do patrimônio em si, como do patrimônio-territorial, estes muito presentes na sociedade moderna.

O entendimento de patrimônio-territorial paira sobre a valorização do espaço,

pelo caráter social, resultando, não obstante, em um compilado de objetos e ações que carregam consigo símbolos pertinentes e inerentes a diversos grupos sociais, sendo que estes objetos, ou ações pragmáticas realizadas por outrem, armazenam histórias, conhecimentos e técnicas peculiares no que cerne os mais diversos tipos demanifestações.

Portanto, o patrimônio-territorial, no desempenho de sua importante tarefa social, deve proceder aos estudos indispensáveis ao conhecimento da posição astronômicada área a demarcar, da topografia, orografia, hidrografia, condições climáticas e higiênicas, natureza do terreno, quantidade de águas que devem ser utilizadas para o abastecimento, materiais de construção, riqueza florestal, etc., da região explorada.

O segundo utopismo, denominado patrimonial singularista, questiona o sentidode universalidade atribuído ao patrimônio latino-americano chancelado pela Unesco, e tem como dualidade a mobilização e mobilidade pilar de um projeto urbano coletivo,pela melhora das condições existenciais dos cidadãos. Viabilizam novas formas de cooperação socioeconômica que visam a preservação conjunta de vários subsistemasao patrimônio (COSTA, 2016).

Avançando no debate, Quijano (2005) evidencia que essas novas categorias surgem de forma a diferenciar os povos europeus das identidades criadas no “novo” continente e, também, para instaurar um sistema de dominação; todos os âmbitos da vida social, no que tange aos saberes, traços culturais, linguagens, foram restabelecidas a partir do novo mundo imposto às colônias. Quijano (2005) aponta, então, para uma colonialidade do poder, no qual o saber-fazer europeu é alocado paraa centralidade do mundo.

> Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todoo mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista (QUIJANO, 2005, p.120).

Entretanto, Achille Mbembe (2018) enfatiza a violência que foi produzida nas colônias, em um movimento de opressão que deixou marcas que podem ser

visíveis inclusive no Brasil, que tem no mito da democracia racial, o discurso da inexistência do racismo, quando na verdade, este advém do escravagismo desde da chegada dosportugueses, que fincam a escravidão e a matriz do latifúndio (pelas Capitanias Hereditárias) em terras brasileiras. O colonialismo foi central para estabelecer a subalternidade do ser-saber afro diaspórico, tendo no modelo eurocêntrico, o modelo universal de saberes, que o patrimônio-territorial deseja denunciar.

Estes processos, segundo o autor, limitaram a construção dos Estados Nacionais na América Latina, pois baseados, em grande medida, em modelo eurocêntrico. A “modernidade/colonialidade” resguarda a violência histórica como operação para dominação, cuja moral superior impõe “desenvolver os primitivos” e “promover o esclarecimento”, postando a Europa como parâmetro de “desenvolvimento” e “educação” para se construir uma civilização (COSTA, 2016). Desta forma, prossegue o autor, em diálogo com os decoloniais, dizendo que a “faceoculta” da modernidade, é onde os povos dominados, escravizados e oprimidos forampostos numa situação natural de inferioridade nos aspectos culturais, suas descobertas mentais e fenótipo étnico/racial.

Belli e Slavutzky (2005) enfatizam que o patrimônio ganha uma versão universalista, pelo fenômeno da colonialidade, e assim torna unilateral o entendimento sobre este. Isso pode acarretar numa deslegitimação do que é memória e traços histórico-culturais, a partir do momento em que se considera somente os ideais eurocêntricos. E o patrimônio-territorial apresentado por E. Costa auxilia nesse enfrentamento.

Com isso outros autores interpretam que:

> Na posição de antropólogos não podemos no ajustar ao silêncio desta nova forma de colonização. Nossa missão é interpelar esta doutrina patrimonialistaque parece não ter fissuras, desmascarar, e compor ajuda mutuamente a umpensamento crítico, para e com as pessoas na busca interferir neste processoe construir novas facetas para a dominação (BELLI; SLAVUTZKY, p. 15, tradução minha).

O utopismo patrimônio-territorial, então, aparece como a base para o utopismo patrimonial singularista. Logo serão debatidas alternativas preservacionistas ante a urbanização e a construção social de riscos, na América Latina, sendo o sujeito e seu acervo memorial situados declarados como a possibilidade concreta do devir patrimonial contra as hegemonias ideológicas que

perduram na colonialidade (COSTA, 2016).

O utopismo patrimonial singularista poderia ter na atividade turística importantealiada? Costa (2016, 2017, 2018, 2021) é enfático ao dizer que o turismo não é o foco de sua discussão, ou não aparece como a priori da solução de problemas históricos, mas pode ser um elemento a ser ativado pela vontade popular ou dos grupos subalternizados, de forma endógena-politicamente controlada. Em que medida o turismo produz resistências à colonialidade do poder e do saber? Ele pode incluir a juventude no processo de valoração e valorização do lugar? As manifestações como: o folclore, a arte, a música,a culinária e a religião trazem reminiscências negras e indígenas do continente (saberes e locais da Missao Cruls), que suportam até os dias atuais como resistência às ideologias e atos da colonialidade, devendo ser repassados às crianças e aos jovens (COSTA, 2016). Porém, deve estarclaro, não é o patrimônio-territorial objeto primeiro do turismo e para o turismo, mas objeto central da explicação da duração situada dos grupos sociais subalternizados na história de nosso continente.

Esta utopia denuncia problemas relativos à perda de vidas e à destruição de acervos patrimoniais consagrados como sujeitos periféricos e políticos, conjuntamente, no centro do debate e das ações pela preservação. O princípio sartreano identificado e trabalhado por Costa diz respeito a que “a existência precede a essência”, e é pela necessidade de ser e estar no mundo, com suas condições mentais, espaciais, culturais e principalmente no resguardo da vida humana diante de riscos construídospoliticamente, em defesa de sua própria vida na América Latina (COSTA, 2016).

A premissa colocada aqui, é a de que o sujeito localizado ou situado pode reivindicar suas necessidades aos órgãos estatais competentes, posicionando-se pelapreservação de sua vida antes que nada, dentro e fora do lugar onde pertence. Dessaforma, o próximo capítulo, trata-se um pouco mais da história da Missão Cruls, seus aspectos histórico-territoriais e como patrimônio-territorial.

Ainda, uma vez discutidos os principais tópicos políticos, geográficos, econômicos, culturais e sociais que o turismo pode atrair enquanto atividade fim, no próximo capítulo nos ateremos a junção entre o caso analisado, Missão Cruls e determinados atrativos turísticos existentes nas regiões administrativas do DF, no vislumbre do estudo de caso, atrelando-os, ao conceito de patrimônio-territorial e o usufruto da população da idosos destes.

3. MISSÃO CRULS: PATRIMÔNIO-TERRITORIAL DO DISTRITO FEDERAL

3.1 Missão Cruls: um exemplo de patrimônio-territorial

É importante dizer que esta chave do patrimônio- territorial proposto por E. Costa (2016, 2017, 2021), tem sido discutiva e revisada por outros autores, tais como Hostensky (2020), Mesquita (2020), Alves (2020), Sousa (2020) etc. O patrimônio-territorial proposto por E. Costa, ao tratar de símbolos de luta e resistência populares na história do território, aproxima-se do interesse desta monografia, que corresponde a Missao Cruls e seu sentido histórico potencial atrativo turístico no Distrito Federal.

No artigo "*Estudos em Geografia Histórica e seu vínculo ao Patrimônio-territorial*", Andrade (2021) demonstra como a interdisciplinaridade entre a Geografia e História podem servir como alavancas para ativação do patrimônio-territorial, o trabalho traz luz acerca das dinâmicas territoriais do passado como possibilitadoras da inserção de espaços territoriais esquecidos, possibilitando novos percursos socioespaciais. Desta maneira, o autor associa os vínculos desse campo híbrido como possuidores do caráter de estabelecer vínculos entre os patrimônios material e imaterial. Suas reflexões susidiam o pensamento e prática do patrimônio-territorial vinculado à história do território.

Já em *"Resistencias y existencias espaciales en Latinoamérica: el poder del arte, de la cultura y del Pueblo "* (COSTA; ALAVARADO-SIZZO; RUBIO-SCHRAGE, 2020), se verifica como os atributos geográficos de espaço, cultura e arte e momentos de crises estão relacionados ao conceito de situações espaciais duradoura na América Latina, assim como destacado na seguinte passagem:

> Nesse sentido, se torna imprescindível pensar maneiras de resistência e de manutenção de existências espaciais na América Latina. Imprescindível, porque a história negligenciadas por governos e estados com os povos latinos, em termos de trabalho, educação, saúde, vivências, ócio e segurança exigem das pessoas construções de alternativas situadas, para a solução de problemas gerados por grupos, instituições e sujeitos – muitas vezes partindodo eixo de informal para o formal – aqueles que demonstram desinteresses em construir uma visão profunda da totalidade, justiça social (COSTA; ALAVARADO-SIZZO; RUBIO-SCHRAGE, [S.I.], 2020, tradução minha).

Em outra importante contribuição, em "*Condicionamiento de territorios e historias entrelazadas en Latinoamérica*" (COSTA, 2020), demostram através de um

estudo de caso, do contexto colonial mexicano e brasileiro são detentoras de singularidades que necessitam ser entendidas, uma vez que existem distintas realidades sociais dentro do território patrimonial e social destes países, vislumbradastambém em outros países do continente.

Deste modo, assim como alertado pelos autores supracitados, a importância geográfica e histórica dos espaços culturais esquecidos, necessitam ser abordadas eresgatadas, e o campo de conhecimento do Turismo pode se aproximar desta abordagem. O Turismo enquanto disciplina e prática socioeconômica pode servir como alavanca desse resgate. Neste trabalho, tal resgate é feitoatravés dos estudos da Missão Cruls, que tinham como principal interesse demarcar o território que serviria como sede da circunscrição da nova capital brasileira. Porém, como destacado posteriormente, uma parte desta história foi negligenciada, através do viés do viés político do turismo no Distrito Federal. Outrossim, este resgate poderá ser feito através do processo de trazer a população idosa a esses atrativos turísticos.

3.2 Comissão Exploradora do Planalto Central – Missão Cruls

Destarte, essas ações que vislumbram a inserção dos idosos nestes espaços de lazer vinculados à Missao Cruls, aliam-se a alguns conceitos supracitados neste trabalho, uma vez que se atrela ao turismo seus predicados valorização e interação com distintos patrimônios- territoriais (COSTA, 2016; DOCTOR, 2011). Como citado anteriormente, essa categoria emerge em diversas problemáticas, visto que exista um cerceamento dos atrativos turísticos à uma zona saturada no caso do DF, como por exemplo, no vislumbre do turismo político, enquadrando as principais áreas circunscritas dentro do Plano Piloto (CIDADE; SOUZA, 2002). Assim, defende-se neste capítulo que existem outras áreas, periféricas ao Plano Piloto, que podem servir de atrativos turísticos e alavancar o desenvolvimento da área no Distrito Federal, potencializando o acesso à idosos às regiões anteriormente não exploradas.

Doravante, no que concerne à Missão Cruls, liderada por Luiz Cruls, vislumbra-se um teor histórico-geográfico muito pertinentes de serem elencados como alavancadores da defendida descentralização do turismo na capital brasileira, reverberando-se também, no mapeamento, desenvolvimento e criações de rotas

turísticas fora do Plano Piloto (RANGEL; LIMA, 2011). Essas encontram-se fortemente atreladas à evolução da história brasileira, haja vista que, no início da república, decidiu-se mapear e estudar um território dentro do Planalto Central, que já era visto como possível local para transferência da capital do litoral para o interior. Tal ideia é entendida por historiadores como um ressurgimento do país, dado esta concepção, visto que, este já teria sido defendido no século anterior pelo Visconde de Porto Seguro (FREITAS, 2012).

Deste modo, tais ações, alavancaram alguns conceitos importantes de serem ressaltados, concernentes ao turismo, supracitados, no deslumbre da sua interpretação como patrimônio-territorial. Algumas analogias, semelhanças e similitudes podem se vincular a este fenômeno, a título de exemplo, poder-se-ia destacar que existe uma seara simbiótica entre os dois conceitos “Turismo” e “Território”, se traçarmos uma analogia no campo da Geografia, aplicados a nossa área.

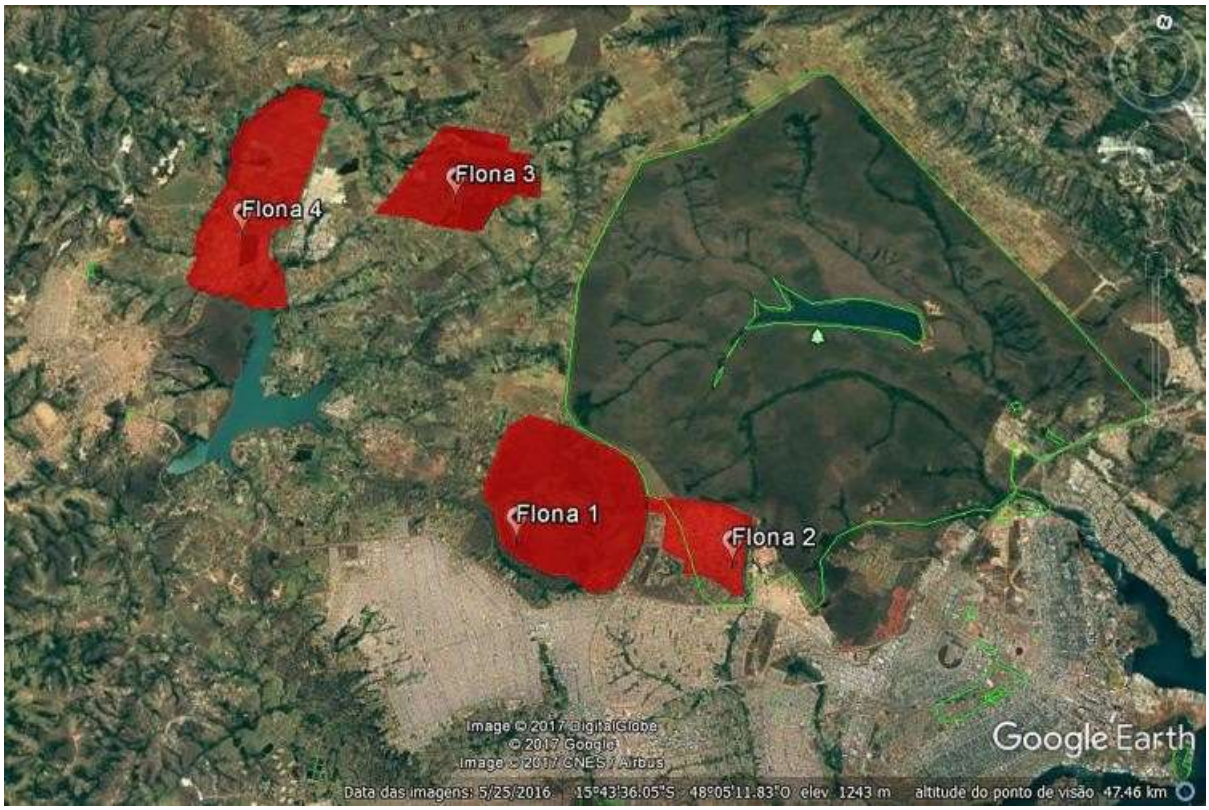
Em uma pesquisa sobre a atividade turista na tríplice fronteira (CURY e FRAGA, 2013), utilizam-se do sentido geográfico dessa associação, para tratar da simbiose existente entre diferentes cidades, fazendo com que se identifiquem grandes diferenças culturais, sociais ou até mesmo econômicas quando os sujeitos saem da circunscrição de uma e avançam para a outra. A analogia defendida neste trabalho se encontra em um campo mais teórico do que prático, uma vez que no limiar do turismo e do território, nota-se uma vinculação destes com a história, cultura, e economia de distintos grupos sociais. A discursão refletida sobre patrimônio-territorial, discutido em Costa (2017) avança, ao não agregar a obrigatoriedade institucional do turismo ou comando capitalista ou mesmo não demandar entidades de governo para a preservação, em respeito aos saberes e práticas locais, que são o número da duração dos empobrecidos em seus territórios, há cinco séculos.

Nas regiões administrativas do Gama, Brazlândia, antigo arraiais dos Couros e Angico, e Ceilândia houve a passagem da Missão Cruls, mas não foi constatado através desse estudo de caso locais já existentes, bem como atrativos, em referência específica a esta missão.

Em Taguatinga, existe a Flona, Floresta Nacional de Taguatinga (figura 2), uma área protegida com trilhas para ecoturismo que é muito frequentada por ciclistas, porém nunca explorada com foco em idosos. Se pode pensar num turismo

para o local com idosos na trilha de dificuldade fácil chamada “Circuito B” de 14km.

Figura 2 – Flona (Floresta Nacional de Brasilia) e flonas 1, 2, 3 e 4.



Fonte: http://cerradotequerobem.blogspot.com/2017/07/curso-para-professores-na-flona-df.html

Já nas R.A.s Sobradinho e Planaltina existem atrativos efetivos. Em Sobradinho existe a Fazenda Velha (figura 3). Um sítio histórico particular bem preservado datado do século XIX. Hastimphilo de Moura, um dos integrantes da Missão Cruls, a adquiriu após os estudos feitos pelo Planalto Central. Posteriormente, foi vendida e hoje é aberta ao turismo. Nela há um café da manhã colonial e a oportunidade de se conhecer mais a respeito da história do DF através de um casarão colonial e também ambientes interessantes como uma “casa de farinha”, onde se fazia farinha de aipim. É um atrativo que já é conhecido e pode ser ainda mais valorizado. As visitações nesse atrativo estão suspensas devido a pandemia da COVID-19.

Em Sobradinho, também há o Restaurante Trem da Serra (figura 4), que se localiza num morro registrado pela Missão Cruls. Lá há acesso para cadeirantes e uma linda vista para a Sobradinho.

Figura 3 – Fazenda Velha, Sobradinho, DF

Fonte: Acervo Pessoal (2012)

Figura 4 – Restaurante Trem da Serra, sobre um dos pontos demarcados pela Missao Cruls.

Fonte: https://tremdaserra.com.br

Em Planaltina tem o Morro do Centenário, chamado no século XIX por Morro dos Macacos registrado pela Missão Cruls. Neste encontra-se o obelisco da Pedra

Fundamental (figura 5), inaugurado em 1922 nos 100 anos da independência do Brasil, colocado estrategicamente nesse local para indicar que naquelas proximidades existiria a futura capital do país. Esse marco se liga diretamente com a Missão Cruls devido a ligação com a história do DF.

Figura 5 – Pedra Fundamental, Planaltina, DF

Fonte: Acervo pessoal (2018)

Deste modo, encontram-se relatadas nesse capítulo a ligação entre as possibilidades concretas do turismo, alguns exemplos de patrimônio-territorial, (visualizadas com o estudo de caso da Missão Cruls) e apossibilidade do acesso dos mesmos pela população idosa do DF, em um mundo pós-pandêmico, a valorar a vida das pessoas maiores e projetar o ricoconhecimento histórico, geográfico, cultural e social que envolve a formacao territorial do Distrito Federal do Brasil. Assim, defende-se que o turismo é possibilitador nato do encontro dos atrativos turísticos à população idosa e o patrimônio-territorial, mesmo não carregando a marca do turismo como um apriori econômico para sua explicação, pois parte do sujeito situado, o fato patrimônio-territorial pode sim ser ativado popularmente, desde que haja o interesse, sobretudo, local para valorar a vida e a história dos lugares na América Latina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estre trabalho foi possível compreender que o turismo pode ser entendido como uma prática potencializadora do acolhimento da população idosa, promovendo o entendimento do conceito de patrimônio-territorial, aplicado nas localidades vislumbradas em estudo de caso, assim como: o desenvolvimento social, de lazer e de valorização dos aspectos geográficos e históricos exponenciados no trajeto da Missão Cruls.

Deste modo, entende-se que Missão Cruls foi importantíssima na realização do entendimento do patrimônio-territorial no Distrito Federal, por meio desta monografia. Destarte, o trabalho apresentado potencializa os achados da Missão Cruls para um recorte específico da população, as pessoas idosas, podendo estimular estudos futuros sobre o tema. Assim, defende-se aqui que os casos apontados são passiveis de criação de novos roteiros turísticos para esta parcela populacional. Pode-se promover o desenvolvimento econômico do setor e o acesso das pessoas idosas a espaços de lazer. Desta forma, discutiu-se pela literatura, os conceitos de turismo, ofenômeno de envelhecimento da população, caracterização de patrimônio-territoriale o contexto histórico do DF.

Devido a pandemia da COVID-19, esse trabalho se tornou mais restrito quanto ao levantamento de dados no que leva ao saber e conhecimento comum dos idosos dessas localidades, a respeito da história do Distrito Federal no que concerne Missão Cruls tendo em vista que estes se encontram no grupo de risco de saúde diante da epidemia mundial. Esperamos que outros estudantes possam desenvolver melhor a parte empírica relacionada à Missao Cruls, em contexto pos-pandemico, que tanto no assola neste momento (anos de 2020-2021, em que escrevi este texto).

Logo, entende-se que em trabalhos futuros possa haver um aprofundamento no que diz respeito ao conhecimento dos frequentadores dos atrativos turísticos aqui apontados, bem como o surgimento de novos atrativos e a inclusão da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), pois sem as cidades do entorno do Distrito Federal esta capital não existiria.

A metodologia de pesquisa, estudo de caso, apontou determinados atrativos que podem ser utilizados, sem grandes dificuldades, no turismo da população idosa. Assim, ficaram nítidas as potencialidades turísticas destas localidades para a promoção do bem-estar e lazer dos idosos do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Lucia Bastos. Reflexões sobre a pesquisa qualitativa aplicada ao turismo. Revista Turismo em Análise, v. 22, n. 3, p. 599-613, 2011.

ALVES, Vitor. Formação socioespacial e patrimônio-territorial latinoamericano: resistência negra pelas rodas de samba do Distrito Federal, Brasil. PatryTer, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 150–166, 2020.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. Estudos em Geografia Histórica e seu vínculo ao Patrimônio-territorial. PatryTer, v. 4, n. 7, p. 63-77, 2021.

ARARIPE, F. M. A. Do Patrimonio e seus significados. 2004, vol.16, n.2, pp.111-122.

ÁVILA, M. A.; SILVA, T. A.; KUSHANO, E. S. Segmentação de mercado: uma abordagem sobre o turismo em diferentes faixas etárias. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 8, n° 2 ,2008.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ ou regional. Revista Online Caminho de Geografia. v. 10, n. 14, p. 107 – 114. fev. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15380> Acesso em: 11 Abril 2020.

BARBOSA, Rui. A Constituição de 1891. 1946.

BARBOSA, Y. M. História das viagens e do turismo. São Paulo: Aleph, (Coleção ABC do Turismo) 2002.

BARRETO, M. Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 2013. Coleção Turismo.

BATISTA, Claudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. Caderno virtual de turismo, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005.

BELLI, E. et al. Patrimonio: Territorio, objetos, símbolos, personas. ¿Cuál es la disputa? Comentado por M. Luz Endere y Alejandro Haber. Mundo de antes, v. 4, p.11-22, 2005.

BOYER, M. História do turismo de massa. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BRABANTI, A. D. Patrimônio-territorial integrado e espaço cotidiano: o planejamento urbano interativo do centro de Vitória (ES). Repositório, UFES. p. 159, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1186/1/Dissertacao.%20Alice%20Dellabianca%20Brambati.texto.pdf> Acesso em: 13 abril, 2020.

BRASIL, Constituição (1934) Constituição da República dos Estados Unidos doBrasil. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>

BRASIL. Estudo de Demanda Turística Nacional - 2007. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-54-03/demanda-tur%C3%ADstica-nacional.html> Acesso em: 16 set., 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Aquarela 2020: marketing turístico internacional do Brasil, 2018.

BRUSADIN, L. B. Patrimonio Cultural e o Turismo: abordagem interdisciplinar. In ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

CABRAL, Ana Karina Pereira; OLIVEIRA, Carla Mary S. Políticas de Preservação do Patrimonio Histórico no Brasil e na Paraíba: o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural. Acesso em, v. 23, 2015.

CABRAL, Clara Bertrand. Património Cultural Imaterial-Convenção da Unesco eSeus Contextos. Leya, 2018.

CALVENTE, M. O Patrimônio-territorial e a perspectiva das populações tradicionais. GeoTextos, v. 14, n. 1, p. 39 – 60, julho 2018.

CAMARGOS, Mirela Castro Santos; GONZAGA, Marcos Roberto. Viver mais e melhor? Estimativas de expectativa de vida saudável para a população brasileira. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, p. 1460-1472, 2015.

CARVALHO, Alessandra Silva; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. Os tempos da viagem para os idosos. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 7, n. 1, p. 3-13, 2013.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira:um enfoque demográfico. Cadernos de Saúde Pública, 2003, 19.3: 725-733

CASIMIRO FILHO, Francisco. Contribuições do turismo à economia brasileira. 2002.

CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valeria Lima; MAGALHÃES, AlineMontenegro. Historia do turismo no Brasil. Editora FGV, 2013.

CASTRO, P. J. Missão Cruls: uma trajetória para o futuro. Brasília: Editora Animatógrafo, 2010.

CAVALCANTIL, Keila Brandão; DA HORA, Alberto Segundo Spínola. Política de turismo no Brasil. Revista Turismo em Análise, v. 13, n. 2, p. 54-73, 2002.

CAVALCANTI, A. Anexo III – Relatório de A. Cavalcanti chefe da turma NE. In: CRULS, Luis. Relatório apresentado ao Ministro da Indústria, Viação e obras públicas [da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil]. Rio de Janeiro: H. Lombarts& Co., 1894.

Biblioteca Digital do Senado Federal. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182911> Acesso: 21 julho, 2021.

CHIAS, J. Turismo: O negócio da felicidade. São Paulo: SENAC, 2007.

CIDADE, Lúcia Cony Faria; SOUZA, Sérgio de Oliveira. Geopolítica, modernismo e imagem de cidade: potencialidades e limites do Patrimonio turístico no Distrito Federal, 2002.

CINTRA, N. A importância do Turismo. In: SEMAGRO – Secretaria do Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar Semagro. p.1, 28 Abril, 2016. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/importancia-do-turismo-para-a-economia-dos-municipios-foi-destacada-durante-palestra/> Acessoem 11 Abril, 2020.

CISNE, R. GASTAL, S. Turismo e as história: rediscutindo periodizações. 6º Semintur, Anais do VI seminário de pesquisa em turismo no Mercosul, UCS, Universidade de Caxias do Sul. RS, p. 12, julho 2010. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/09/Turis mo%20e%20sua%20historia.pdf> Acesso em 12 abril 2020.

CISNE, Rebecca de Nazareth Costa; GASTAL, Susana. A produção acadêmica sobre roteiro turístico: um debate pela superação. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. UAM/SP, 2009.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. A exclusão e a inclusão social e o turismo. Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 3, n. 2, pp. 295-304, 2005.

COSTA, Carlos. Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sectordo turismo (1990-2000). Análise social, pp. 279-295, 2005.

COSTA, E. B. Ativação popular do Patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, v. 26, n. 2, pp. 53-75, 2017.

COSTA, E. B; STEINKE, V. A. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulaçãodo território nacional. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona vol. XVIII, nº. 493 (44), 2014. Disponível em:<<http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-493/493-44.pdf>> Acesso em: 05 dez., 2019.

COSTA, Everaldo Batista et al. Condicionamiento de territorios e historiasentrelazadas en Latinoamérica. PatryTer, v. 3, n. 6, 2020.

COSTA, Everaldo Batista. (2021). Patrimonio-territorial y territorio de excepción, praxis decolonial en el continuum de crisis en Latinoamérica. Revista Geográfica Venezolana, 62(1), 1-31. http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/47523.

COSTA, Everaldo Batista. Ativação popular do Patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017.

COSTA, Everaldo Batista. Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. São Paulo, 2016.

COSTA, Everaldo Batista; ALVARADO-SIZZO, Ilia. Heterotopia patrimonial: concepto para estudios latinoamericanos. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 23, 2019.

COSTA, Everaldo Batista; ALVARADO-SIZZO, Ilia; RUBIO-SCHRAGE, Rúbia. Resistencias y existencias espaciales en Latinoamérica, el poder del arte, de la culturay del pueblo. PatryTer, v. 3, n. 5, 2020.

COSTA, L. Brasília, cidade que inventei. Brasília: ArPDF, Codeplan, DePha, 1991, p.20.

CRULS, Luiz; CRULS, Gastão. Relatório da comissão exploradora do Planalto Centraldo Brasil. Brasiliana, 1947.

CURY, Mauro José Ferreira; FRAGA, Nilson Cesar. Conurbação Transfronteiriça e o Turismo na Tríplice Fronteira: Foz Do Iguaçu (Br), Ciudad Del Este (Py) e Puerto Iguazú (Ar). ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade, v. 5, n. 3, 2013.

DAMIÁN, Alfonso González. El turismo desde un enfoque de sociología constructivista. Teoría y praxis, n. 6, p. 107-122, 2009.

DE MENESES. U. B. M. O campo do Patrimonio cultural: uma revisão de premissas.I Fórum Nacional do Patrimonio Cultural. - IPHAN. Ouro Preto - MG, 2009.

DE SENA, Maria de Fátima Alves; GONZÁLEZ, Jahumara Gloria Téllez; ÁVILA, Marco Aurélio. Turismo da idosos: análises e perspectivas. Caderno virtual deTurismo, v. 7, n. 1, p. 78-87, 2007.

DE SENA, Maria de Fátima Alves; GONZÁLEZ, Jahumara Gloria Téllez; ÁVILA, Marco Aurélio. Turismo da idosos: análises e perspectivas. Caderno virtual deTurismo, v. 7, n. 1, p. 78-87, 2007.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Perfil dos Idosos no DistritoFederal segundo Regiões Administrativas. Brasilia: Secretaria de Estado de Planejamento e Orcamento do Distrito Federal (SEPLAN), 2013.

DO NASCIMENTO, Fabiane Silva; DOS SANTOS, Ana Claudia Cunha. Os fatores motivacionais na prática da atividade turística na idosos: Um estudo a partir deum centro de convivência de idosos na cidade de Manaus. Revista de Turismo Contemporâneo, v. 4, n. 1, 2016.

DOCTOR, Alfonso M. El itinerario como herramienta para la puesta en valor turístico del patrimonio territorial. Cuadernos de turismo, n. 27, p. 273-289, 2011.

ENDRES, Ana Valéria. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do estado: cenários e inquietações. Em tese, v. 5, n. 1, p. 74-97, 2008.

FARIA, G. B. O turismo em Brasília à luz da interpretação do Patrimonio.In: Territórios Turísticos do Brasil Central. STEINBERGER, Marília (org.). Brasília: LGE Editora, 2009.

FRANCO, Mário; ESTEVÃO, Cristina. O papel das parcerias público-privadas de turismo no desenvolvimento regional: proposta de um modelo conceptual. Cadernos EBAPE. BR, v. 8, n. 4, 2010.

FONSECA, Fernando Oliveira (org.). Olhares sobre o lago Paranoá. Brasília: SEMARH, 2001.

FREITAS, J. R. A Viagem do Visconde: Varnhagen e a capital no interior do Brasil. São Paulo, 2012.

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. Turismo, cidade e Patrimônio na contemporaneidade. Revista Turismo & Desenvolvimento. n. 26 , 2016, p. 113 – 125.

GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2009.

HOSTENSKY, Ilka. Patrimônio-territorial de quilombos no Brasil: caso da Nação Xambá do Portão do Gelo ”“ PE. PatryTer, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 185–201, 2020.

HOLLOWAY, J. The Business of Tourism, 4º Ed, Longon Group Limited, England, 1994.

JAIME, N. A Comissões Cruls e as potencialidades da agricultura do planalto goiano. Jornal Opção. s/p, 3 fev, 2019. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/a-comissao-cruls-e-as-potencialidades-da-agricultura-do-planalto-goiano-162013/>. Acesso em: 13 abr., 2020.

KATUTA, ÂNGELA MASSUMI. Representação do espaço vivido, percebido,imaginário e concebido. Boletim de Geografia, v. 19, n. 2, 2001.

LAPLANTINE, F; TRINDADE, L.O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARAIA, R. B. Cultura: Um conceito antropológico. 13 ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 5, p. 163-193, 1998.

MBEMBE, A. Crítica da razão negra. São Paulo: N1-edições, 2018.

MELO, A.; CARDOZO, P. F. Patrimonio, turismo cultural e educação patrimonial.Educ. Soc. vol.36 no.133 Campinas Oct./Dec. 2015.

MENESES, J. N. C. História & Turismo cultural. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MESQUITA, E. Território usado e lógicas patrimoniais no Paraguai. PatryTer, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 167–184, 2020.

MURTA, S. M; ALBANO, C. (Orgs.). Interpretar o Patrimonio: Um exercício do Olhar.Belo Horizonte: Editora UFMG, Território Brasilis, 2002. Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução. Partes 1 e 2.

NOSCHANG, Juliane. O modelo teórico SISTUR diante da complexidade do fenômeno turístico. 2014.

OMT – Organização Mundial do Turismo. ONWTO, 1994. Disponível em: <https://www.unwto.org/> Acesso em 11 abril 2020.

CINTRA, N. A importância doTurismo. In: SEMAGRO – Secretaria do Estado de Meio

Ambiente, DesenvolvimentoEconômico, Produção e Agricultura Familiar Semagro. p. 1, 28 Abril, 2016. Disponívelem: <http://www.turismo.ms.gov.br/importancia-do-turismo-para-a-economia-dos-municipios-foi-destacada-durante-palestra/> Acesso em: 11 Abr., 2020.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do Patrimonio cultural no Brasil. Risco-Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, n. 3, p. 4-14, 2006.

PIRES, Eliane Cristine Raab. As inter-relações turismo, meio ambiente e cultura.2004.

PIRES, M. J. Lazer e Turismo Cultural. São Paulo: Editora Manole, 2001.

PÓLON, L. Brasília: História, economia e turismo. Estudo Prático, n.p, 18 abril 2017. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/brasilia-historia-economia-e-turismo/> Acesso em 15 abr. 2020.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, memória e Patrimônio cultural. SãoPaulo: Roca, v. 2, 2004.

PULIDO, Juan Ignacio; CALLE, M. d; VELASCO, M. Turismo cultural. Madrid:Editorial Síntesis, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMÍREZ, J. H. Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerarios culturales. Revista de turismo y patrimonio cultural. Vol. 9, nº 2, p. 225-236., 2011.

RAMOS, D. M. COSTA, C. M. Turismo: tendências de evolução. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá v. 10, n.1, p. 21 – 33, jan/jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/2843/dinav10n1.pdf > Acesso em: 11 abril, 2020.

RANGEL, Tamara; LIMA, Nísia Trindade. A capital federal nos altiplanos de Goiás-medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 1940 e 1950. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 24, n. 47, p. 29-48, 2011.

RANGEL; CHAVES. O ciclo de vida do produto turístico e as estratégias de gestão de marketing: um estudo de caso sobre bonito (ms). Destarte. v.2, n.1, 2012.

RIBEIRO, Mária Bruna Pereira et al. A mudança da capital em debate nos artigos da Revista Brasileira de Geografia e do Boletim Geográfico (1938-1964). 2015.

RICAURTE QUIJANO, Carla Valeria. Manual para el diagnóstico turístico local. Espanha, 2009.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único consciência universal. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCARLATO, Francisco Capuano; COSTA, Everaldo Batista da. A natureza do urbano. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia, n. 30, 2017.

SCHERER, Rebeca. Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (org). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto,2001.

SENA, M. F. A.; GONZÁLEZ, J. G. T.; ÁVILA, M. A. Turismo da idosos: análise e perspectivas. Caderno Virtual de Turismo. v. 7, n. 1, p. 78 – 87, 2007. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c74306718.pdf> Acesso em: 15 abr. 2020.

SILVA, J. J. R.; SILVA, M. S. G. Breve histórico do turismo e uma discussão sobre a atividade no Brasil. p.10, [2007?]. Disponível em: <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2012/downloads/2012/humanas/BREVE%20HIST%C3%93RICO%20DO%20TURISMO%20E%20UMA%20DISCUSS%C3%83O%20SOBRE%20A%20ATIVIDADE%20NO%20BRASIL.pdf> Acesso em 11 ago., 2020.

SILVA, Tayh Augusto da. O turismo da idosos na percepção dos agentes de viagem em Natal/RN. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SIQUEIRA, J. V. A importância do turismo na sociedade e a crise econômica. Jusbrasil. p. 6, 2016. Disponível em: <https://jessicavelsi.jusbrasil.com.br/artigos/343037775/a-importancia-do-turismo-na-sociedade-e-a-crise-economica> Acesso em: 11 ago., 2020.

SOUSA, Larissa. Ativação popular do espaço público na América Latina - pracialidade, monumento e patrimônio-territorial. PatryTer, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 219– 233, 2020.

THEOBALD, W. Turismo global. Tradução: Anna Maria Capovilla, Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteado. 2. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

TIBÚRCIO, B. M. C. Instrumentos científicos, um desafio para os museus: Estudode caso das Comissões de Luiz Cruls ao Planalto Central do Brasil. 2013. Master'sThesis.

VAN DE MEENE RUSCHMANN, Doris. Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. Revista Turismo em Análise, v. 4, n. 1, p. 56-68, 1993.

VERBIST, Cinthia Fusquine; BABINSKI, Luciana Raquel. O papel social do turismo junto aos idosos asilados-um processo de humanização com responsabilidade. Caxias do Sul: UCS, 2006.

VERBIST, Cinthia Fusquine; BABINSKI, Luciana Raquel. O papel social do turismo junto aos idosos asilados-um processo de humanização com responsabilidade. Caxias do Sul: UCS, 2006.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 13, n. 4, p. 909-925, 2006.

VERGORA, M. R. Ciência e História no Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República. v, 13, n. 4, p. 909 – 925, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n4/07.pdf> Acesso em: 12 ago., 2020.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Luiz Cruls e o Prêmio Valz de Astronomia. Cronos, v. 7, n. 1, 2002, p. 85-104.

World Health Organization Envelhecimento ativo: uma política de saúde / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. 2005.